



2021

AGENDA INTERNACIONAL DA INDÚSTRIA



Confederação Nacional da Indústria

PELO FUTURO DA INDÚSTRIA



AGENDA INTERNACIONAL DA INDÚSTRIA

As informações contidas neste documento foram atualizadas em janeiro de 2021 com base em dados oficiais da SECEX, FMI e informações do Executivo Federal. Para acessar informações atualizadas, acesse o código QR abaixo





CONFEDERAÇÃO NACIONAL DA INDÚSTRIA – CNI

Robson Braga de Andrade
PRESIDENTE

GABINETE DA PRESIDÊNCIA

Teodomiro Braga da Silva
CHEFE DO GABINETE - DIRETOR

DIRETORIA DE DESENVOLVIMENTO INDUSTRIAL

Carlos Eduardo Abijaodi
DIRETOR

DIRETORIA DE RELAÇÕES INSTITUCIONAIS

Mônica Messenberg Guimarães
DIRETORA

DIRETORIA DE SERVIÇOS CORPORATIVOS

Fernando Augusto Trivellato
DIRETOR

DIRETORIA JURÍDICA

Hélio José Ferreira Rocha
DIRETOR

DIRETORIA DE COMUNICAÇÃO

Ana Maria Curado Matta
DIRETORA

DIRETORIA DE EDUCAÇÃO E TECNOLOGIA

Rafael Esmeraldo Lucchesi Ramacciotti
DIRETOR

DIRETORIA DE INOVAÇÃO

Gianna Cardoso Sagazio
DIRETORA



2021

AGENDA INTERNACIONAL DA INDÚSTRIA



Confederação Nacional da Indústria
PELO FUTURO DA INDÚSTRIA



@ 2021. CNI – Confederação Nacional da Indústria.

Qualquer parte desta obra poderá ser reproduzida, desde que citada a fonte.

**CONFEDERAÇÃO NACIONAL DA INDÚSTRIA – CNI
DIRETORIA DE DESENVOLVIMENTO INDUSTRIAL E ECONOMIA - DDI
SUPERINTENDÊNCIA DE DESENVOLVIMENTO INDUSTRIAL - SDI**

FICHA CATALOGRÁFICA

C748a

Confederação Nacional da Indústria.
Agenda Internacional da Indústria / Confederação Nacional da Indústria.
– Brasília : CNI, 2021.
76 p. : il.

1. Políticas Comerciais. 2. Mercado Externo. I. Título.

CDU: 338.45

CNI

Confederação Nacional da Indústria

Sede

Setor Bancário Norte

Quadra 1 – Bloco C

Edifício Roberto Simonsen

70040-903 – Brasília/DF

Tel.: (61) 3317-9000

Fax: (61) 3317-9994

www.cni.org.br

SAC – Serviço de Atendimento ao Cliente

Tels.: (61) 3317-9989 / 3317-9992

sac@cni.org.br



LISTA DE GRÁFICOS

GRÁFICO 1 - TOTAL DE AÇÕES EM 2020.....	22
GRÁFICO 2 - TOTAL DE AÇÕES EM 2020.....	22
GRÁFICO 3 - EVOLUÇÃO DO TOTAL DE AÇÕES NO PERÍODO 2018-2020	23
GRÁFICO 4 - CRESCIMENTO DO PIB EM 2021 (PROJEÇÃO %).....	26
GRÁFICO 5 - PARTICIPAÇÃO DAS EXPORTAÇÕES DO BRASIL POR FATOR AGREGADO	29
GRÁFICO 6 - EXPORTAÇÕES DE BENS INDUSTRIALIZADOS (US\$ BILHÕES).....	29



LISTA DE QUADROS

QUADRO 1 - MECANISMOS DE CONSULTA GERIDOS PELA ÁREA DE ASSUNTOS INTERNACIONAIS DA CNI	20
---	----



GLOSSÁRIO

ABGF	Agência Brasileira Gestora de Fundos Garantidores e Garantias
ACE	Acordo de Complementação Econômica
ACFI	Acordo de Cooperação e Facilitação de Investimentos
ACG	Acordo de Compras Governamentais
AFRMM	Adicional ao Frete para Renovação da Marinha Mercante
AI	Assuntos Internacionais
AIR	Ausência de Avaliação de Impacto Regulatório
ANAC	Agência Nacional de Aviação Civil
ANTAQ	Agência Nacional de Transportes Aquaviários
ANVISA	Agência Nacional de Vigilância Sanitária
BB	Banco do Brasil
BNDES	Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social
BPRS	Boas Práticas Regulatórias
CAMEX	Câmara de Comércio Exterior
CAT	Comitê de Alterações Tarifárias
CDCIP	Comitê de Defesa Comercial e Interesse Público
CDCOM	Comitê de Defesa Comercial
CEB	Coalizão Empresarial Brasileira
CEBEU	Conselho Empresarial Brasil-Estados Unidos
CEBRACHILE	Conselho Empresarial Brasil-Chile
CEBRAJ	Conselho Empresarial Brasil-Japão
CEBRAMEX	Conselho Empresarial Brasil-México
CEBRICS	Conselho Empresarial do BRICS
CEMBRAR	Conselho Empresarial Brasil-Argentina
CEOEA	Centro Nacional de Operadores Econômicos Autorizados
CF	Constituição Federal
CFB	Coalizão Empresarial para Facilitação de Comércio e Barreiras
CIDE-REMESSAS	Contribuição de Intervenção no Domínio Econômico sobre Remessa ao Exterior
CNI	Confederação Nacional da Indústria
COD	Certificado de Origem Digital
COFIG	Comitê de Financiamento e Garantia das Exportações



CONEX	Conselho Consultivo do Setor Privado
CONFAC	Comitê Nacional de Facilitação de Comércio
CONFAZ	Conselho Nacional de Política Fazendária
CONINV	Comitê Nacional de Investimentos
COPCOM	Comitê Nacional de Promoção Comercial
CTN	Código Tributário Nacional
DUIMP	Declaração Única de Importação
FCE	Fórum de Competitividade das Exportações
FET	Fórum das Empresas Transnacionais Brasileiras
FGV	Fundação Getulio Vargas
FMI	Fundo Monetário Internacional
GBC	Global Business Coalition
ICC	International Chamber of Commerce
ICMS	Imposto sobre Operações Relativas à Circulação de Mercadorias e Prestação de Serviços de Transporte Interestadual e Intermunicipal e de Comunicação
II	Imposto de Importação
INMETRO	Instituto Nacional de Metrologia, Qualidade e Tecnologia
IOF-CÂMBIO	Imposto sobre Operações de Crédito, Câmbio e Seguros
IRRF	Imposto de Renda Retido na Fonte
ISSQN	Imposto sobre Serviços de Qualquer Natureza
LC	Lei Complementar
LETEC	Lista de Exceções à Tarifa Externa Comum
LRF	Lei de Responsabilidade Fiscal
MAPA	Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento
MERCOSUL	Mercado Comum do Sul
MPIA	<i>Multi-Party Interim Appeal Arbitration</i>
MRE	Ministério das Relações Exteriores
NDB	Novo Banco de Desenvolvimento
OCDE	Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico
ODSS	Objetivos de Desenvolvimento Sustentável
OEA	Operador Econômico Autorizado
OID	Ombudsman de Investimentos Diretos
OMA	Organização Mundial de Aduanas
OMC	Organização Mundial do Comércio

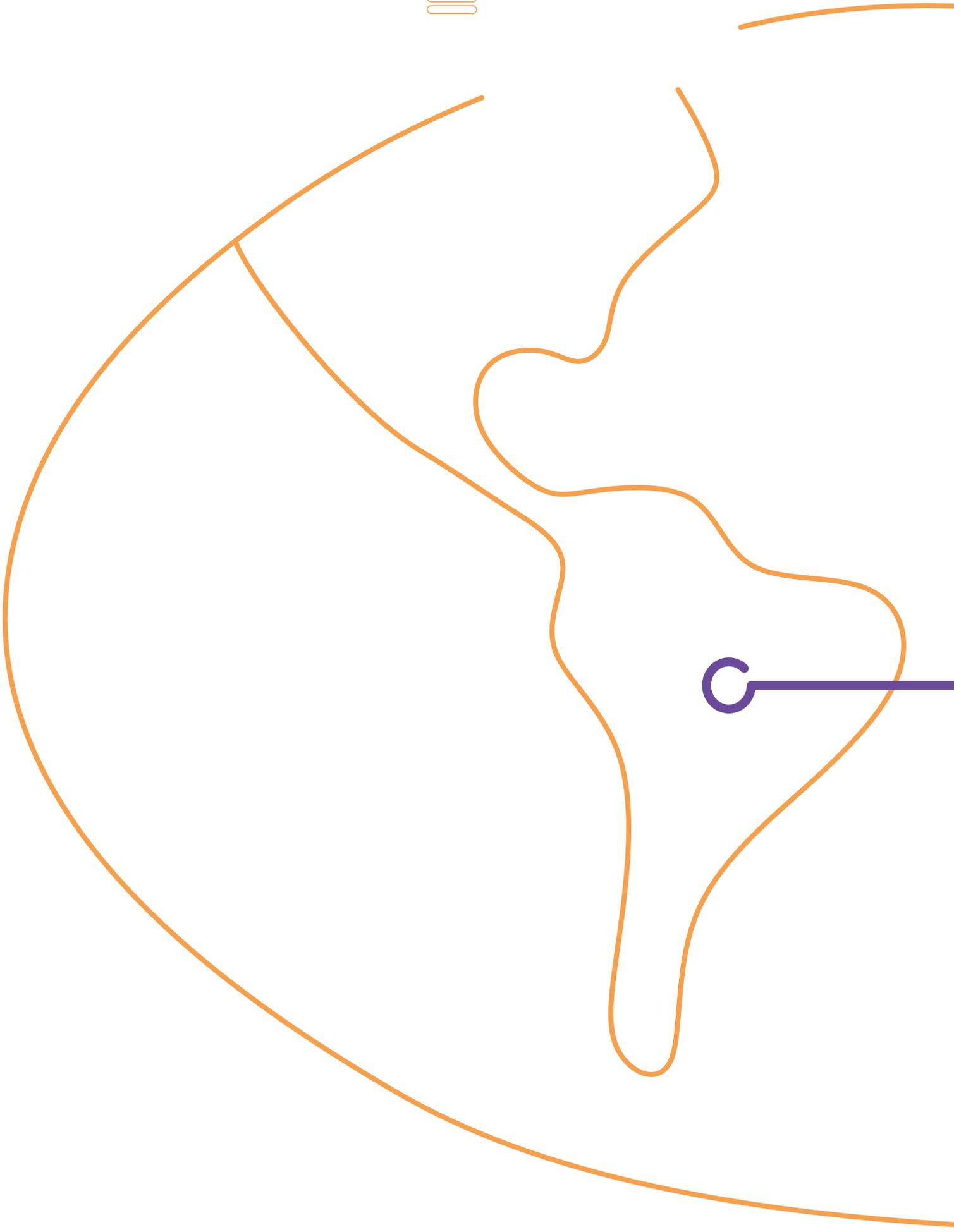


OMS	Organização Mundial da Saúde
ONU	Organização das Nações Unidas
P&D&I	Pesquisa, Desenvolvimento e Inovação
PCES	Preocupações Comerciais Específicas
PEIEX	Programa de Qualificação para Exportação
PIB	produto interno bruto
PL	Projeto de Lei
PNCE	Plano Nacional da Cultura Exportadora
PND	Plano Nacional de Desestatização
PPH	Acordo de Compartilhamento de Exames de Patentes
PCES	Preocupações Comerciais Específicas
PROEX	Programa de Financiamento às Exportações
RECOF	Regime Aduaneiro Especial de Entrepasto Industrial sob Controle Aduaneiro Informatizado
REDE CIN	Rede Brasileira de Centros Internacionais de Negócios
SDCOM	Subsecretaria de Defesa Comercial
SECINT	Secretaria Especial de Comércio Exterior e Assuntos Internacionais
SEM BARREIRAS	Sistema Eletrônico de Monitoramento de Barreiras às Exportações
SEPEC	Secretaria Especial de Produtividade, Emprego e Competitividade
SEREX	Secretaria Especial de Relacionamento Externo
SGP	Sistema Geral de Preferências
SINIEF	Sistema Nacional Integrado de Informações Econômico-Fiscais
SISPROM	Sistema de Registro de Informações de Promoção
SPED	Sistema Público de Escrituração Digital
SPS	Medidas Sanitárias e Fitossanitárias
STJ	Superior Tribunal de Justiça
TBT	Barreiras Técnicas ao Comércio
UE	União Europeia
USTR	Escritório do Representante de Comércio dos Estados Unidos
WBA	Aliança Empresarial de Mulheres do BRICS (em inglês: Women's Business Alliance)
ZPES	Zonas de Processamento de Exportações



SUMÁRIO

APRESENTAÇÃO	17
1 CONSTRUÇÃO DA AGENDA E MECANISMOS DE CONSULTA	19
1.1 Balanço das ações de 2020	21
2 CONTEXTO	25
2.1 Contexto internacional	25
2.2 Contexto doméstico	28
3 AÇÕES PRIORITÁRIAS	33
4 AÇÕES DE 2021	37
4.1 Defesa de interesses em política comercial	38
4.2 Serviços de apoio à internacionalização	59
4.3 Ações em mercados estratégicos	63
4.4 Cooperação internacional	65
5 PRESTAÇÃO DE CONTAS DE 2020	69
Defesa de Interesses em Política Comercial	69
Serviços de Apoio à Internacionalização	72
Ações em Mercados Estratégicos	73
Cooperação Internacional	73
6 AÇÕES COM DESDOBRAMENTOS NOS ESTADOS	75





APRESENTAÇÃO 17

A recuperação da competitividade da economia e o desenvolvimento produtivo e tecnológico da indústria nacional passam pela integração do Brasil ao mundo. Um país com conexões globais consistentes produz de maneira mais eficiente, inova e gera melhores empregos.

Sobretudo neste momento em que ainda persistem os efeitos econômicos adversos da pandemia da Covid-19, é preciso identificar, com clareza, as mudanças necessárias, em diversas áreas da política comercial, que possam aprimorar o ambiente de negócios.

É imprescindível apontar os serviços requeridos pela indústria, de todos os portes e segmentos, para incentivar sua internacionalização. Também é indispensável estimular as relações econômicas e a cooperação bilateral com os parceiros comerciais considerados prioritários para o desenvolvimento brasileiro.

Como parte do esforço para apoiar o governo federal e o setor industrial nessa urgente tarefa, a Confederação Nacional da Indústria (CNI) publica a 6ª edição da *Agenda Internacional da Indústria*.

O documento é resultado de um consenso obtido a partir de uma ampla consulta à base empresarial, incluindo Federações Estaduais das Indústrias, associações setoriais e sindicatos patronais, além de empresas exportadoras, importadoras e investidoras.

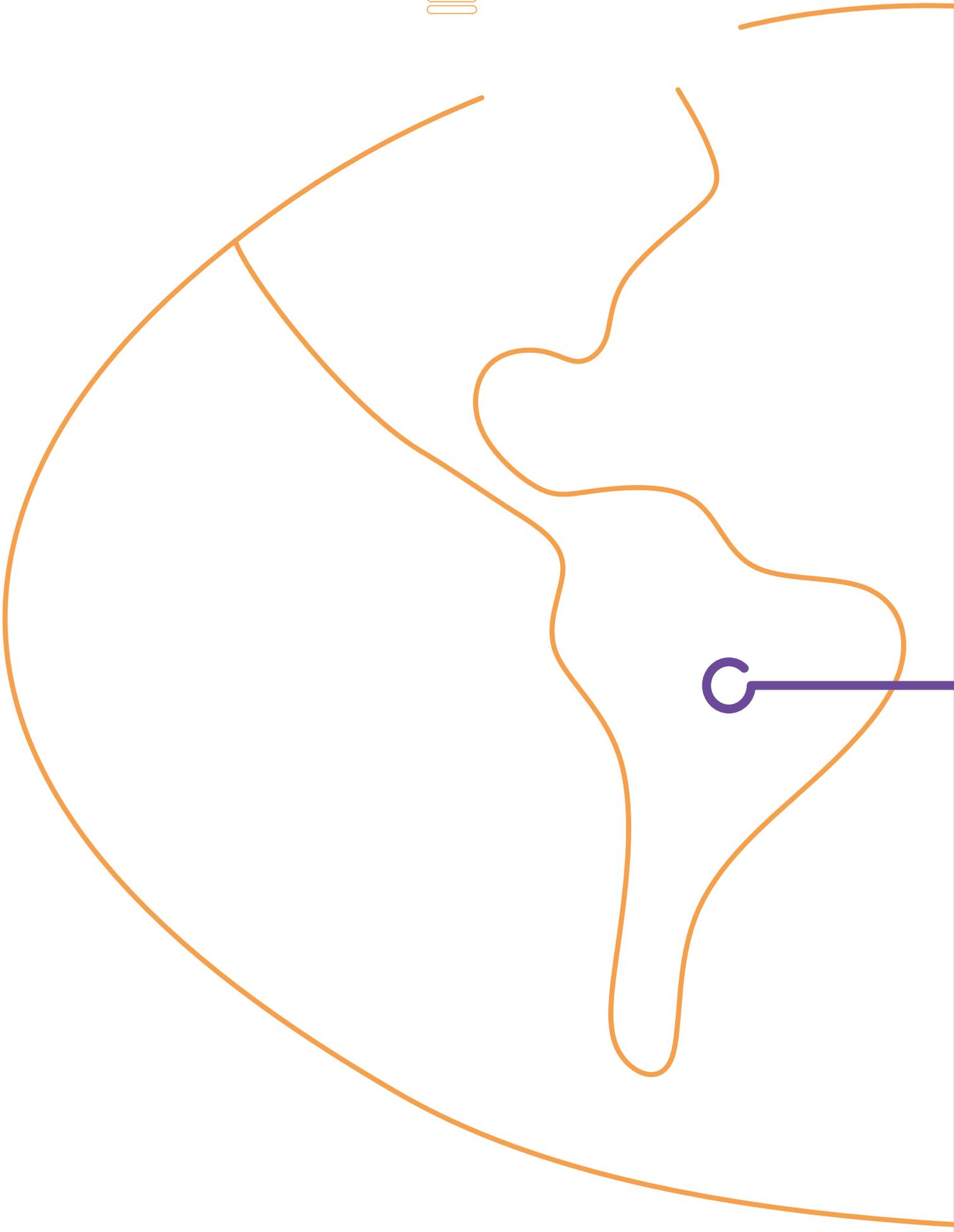
A *Agenda Internacional da Indústria de 2021* lista 111 ações, em 10 áreas prioritárias, distribuídas em quatro eixos de atuação: defesa de interesses em política comercial, serviços de apoio à internacionalização, ações em mercados estratégicos e cooperação internacional.

A CNI espera que esta *Agenda* estimule o diálogo entre o setor privado e o governo, bem como o trabalho de toda a sociedade brasileira para promover a retomada do crescimento econômico e a criação de empregos no país.

Boa leitura!

ROBSON BRAGA DE ANDRADE

Presidente da CNI





1 CONSTRUÇÃO DA AGENDA E MECANISMOS DE CONSULTA 19

As ações selecionadas neste documento são o resultado de um processo de construção em três etapas, que atende aos objetivos do mapa estratégico da área de Assuntos Internacionais (AI) da Confederação Nacional da Indústria (CNI) para o período 2019-2022.

A **primeira etapa** é a consolidação de todas as demandas dos mecanismos de consulta geridos pela AI e eles estão relacionados no quadro 1.

A **segunda etapa** é a análise dos resultados da pesquisa “Desafios à Competitividade das Exportações Brasileiras”, realizada pela CNI, a cada dois anos, em parceria com a Fundação Getúlio Vargas (FGV), cuja edição de 2018 contou com a resposta de 589 empresas, em sua maioria pequenos negócios.

A **terceira etapa** é a crítica e validação das ações selecionadas pela equipe técnica da CNI em reuniões com três grupos de *stakeholders*: Federações das Indústrias; associações setoriais; e empresas.



QUADRO 1

MECANISMOS DE CONSULTA GERIDOS PELA ÁREA
DE ASSUNTOS INTERNACIONAIS

MECANISMOS COM FOCO EM TEMAS



Coalizão Empresarial Brasileira (CEB): reúne empresas e entidades empresariais com o objetivo de acompanhar e influenciar as negociações de acordos comerciais.



Coalizão Empresarial para Facilitação de Comércio e Barreiras (CFB): reúne entidades empresariais para promover a facilitação de comércio no Brasil e para eliminar barreiras às exportações brasileiras em terceiros mercados.



Fórum de Competitividade das Exportações (FCE): reúne grandes empresas exportadoras brasileiras – sem restrição de origem do capital – para promover o aumento da competitividade exportadora.



Fórum das Empresas Transnacionais Brasileiras (FET): reúne empresas brasileiras com investimentos no exterior para promover políticas de apoio e facilitação de suas operações no exterior.

Grupo de Trabalho de Comércio Justo: reúne entidades empresariais para promover debates e proposições de políticas para o combate a práticas desleais de comércio que violem as regras internacionais.

Grupos de Trabalho do B20 e da OCDE: reúnem entidades empresariais e empresas com objetivo de representar os interesses da indústria nas agendas do G20 e da Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE).

MECANISMOS COM FOCO NA BASE GEOGRÁFICA



Rede Brasileira de Centros Internacionais de Negócios (Rede CIN): reúne 27 Federações das Indústrias dos estados e do Distrito Federal com o objetivo de promover a internacionalização das empresas brasileiras, sendo o principal canal de oferta de serviços coordenado pela CNI.

Grupo de Trabalho de Serviços de Internacionalização: reúne entidades empresariais para definir as prioridades do setor privado para a oferta de serviços de internacionalização, coordenadas com entidades do governo.

MECANISMOS COM FOCO EM MERCADOS PRIORITÁRIOS



Conselho Empresarial Brasil-Argentina (Cembrar): reúne empresas e entidades empresariais com o objetivo de aprimorar o ambiente de negócios e promover o comércio e os investimentos entre o Brasil e a Argentina.



Conselho Empresarial do BRICS (Cebrics): reúne empresas e entidades empresariais com o objetivo de aprimorar o ambiente de negócios e promover o comércio e os investimentos entre Brasil, Rússia, Índia, China e África do Sul.



**Conselho Empresarial
Brasil-Estados Unidos**

Conselho Empresarial Brasil-Estados Unidos (Cebeu): reúne empresas e entidades empresariais com o objetivo de aprimorar o ambiente de negócios e promover o comércio e os investimentos entre Brasil e Estados Unidos.



**BRASIL-JAPÃO
JAPAN-BRAZIL**

Conselho Empresarial Brasil-Japão (Cebraj): reúne empresas e entidades empresariais com o objetivo de aprimorar o ambiente de negócios e promover o comércio e os investimentos entre Brasil e Japão.



**CONSELHO EMPRESARIAL BRASIL - MÉXICO
CONSELHO EMPRESARIAL BRASIL - MÉXICO**

Conselho Empresarial Brasil-México (Cebremex): reúne empresas e entidades empresariais com o objetivo de aprimorar o ambiente de negócios e promover o comércio e os investimentos entre Brasil e México.



Aliança Empresarial de Mulheres do BRICS (Women's Business Alliance – WBA): reúne lideranças empresariais femininas para promover o comércio e os investimentos entre Brasil, Rússia, Índia, China e África do Sul, bem como para maior equidade de gênero entre os setores privados dos cinco países.

Grupo de Trabalho Brasil-Alemanha: reúne empresas brasileiras e alemãs com operações no Brasil, associações e câmara de comércio para definir as prioridades do setor privado para a reunião da Comissão Mista Brasil-Alemanha.

Fonte: CNI.

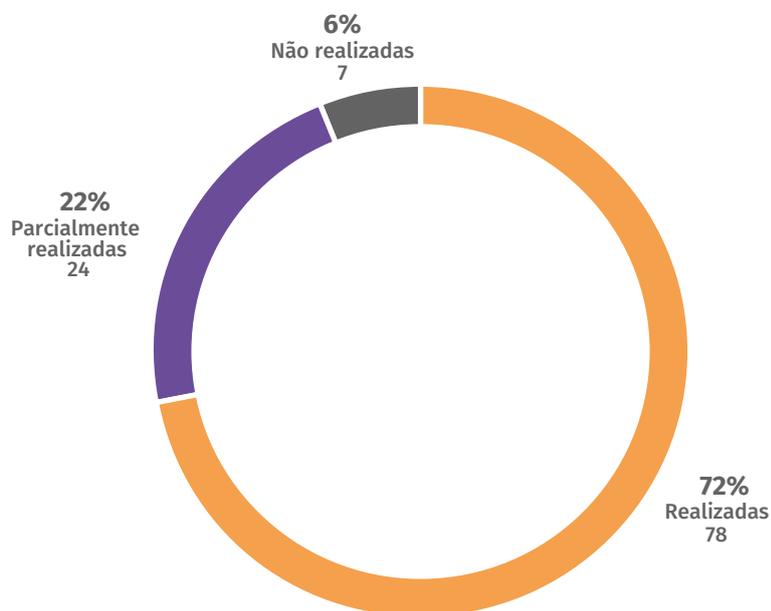
1.1 BALANÇO DAS AÇÕES DE 2020

A **Agenda Internacional da Indústria 2020** contou com 109 ações distribuídas em quatro eixos: ações de influência sobre política comercial; serviços de apoio à internacionalização de empresas; ações em mercados estratégicos; e cooperação internacional. Essas ações foram classificadas em três categorias, conforme seu grau de execução: realizadas; parcialmente realizadas; e não realizadas. A prestação de contas detalhada está disponível no final deste documento.



GRÁFICO 1

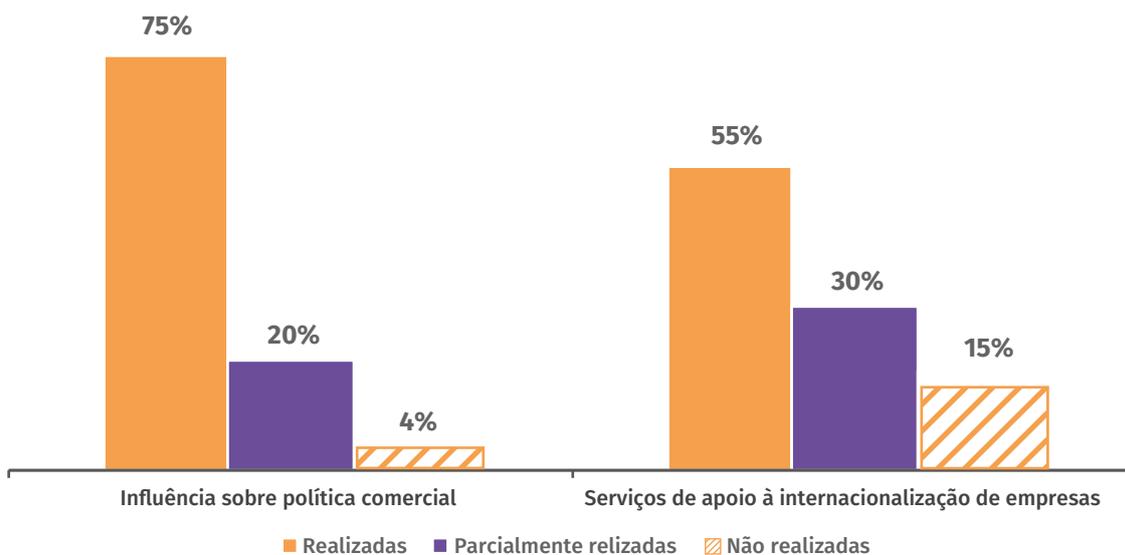
TOTAL DE AÇÕES EM 2020



Fonte: CNI.

GRÁFICO 2

TOTAL DE AÇÕES EM 2020

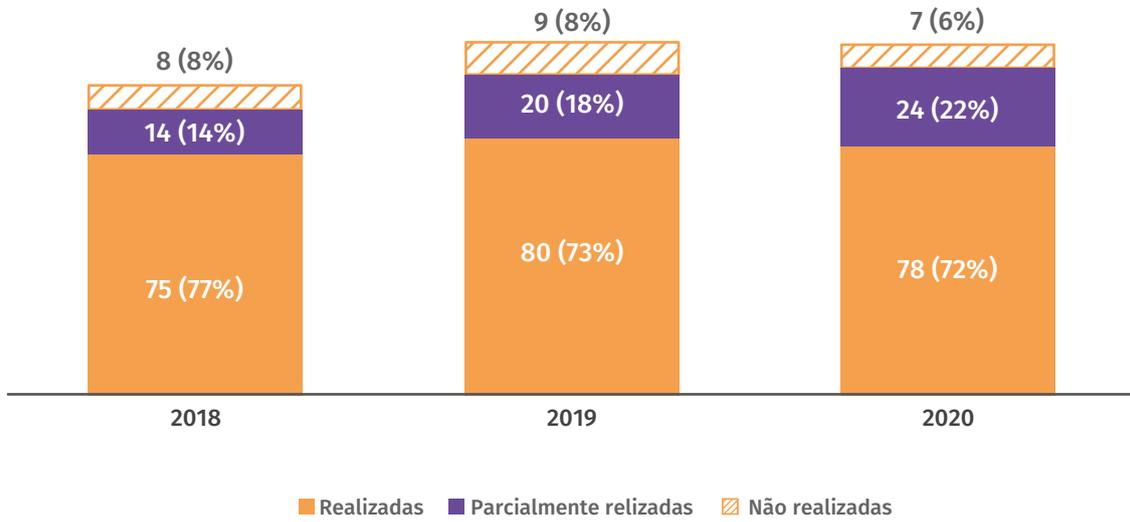


Fonte: CNI.

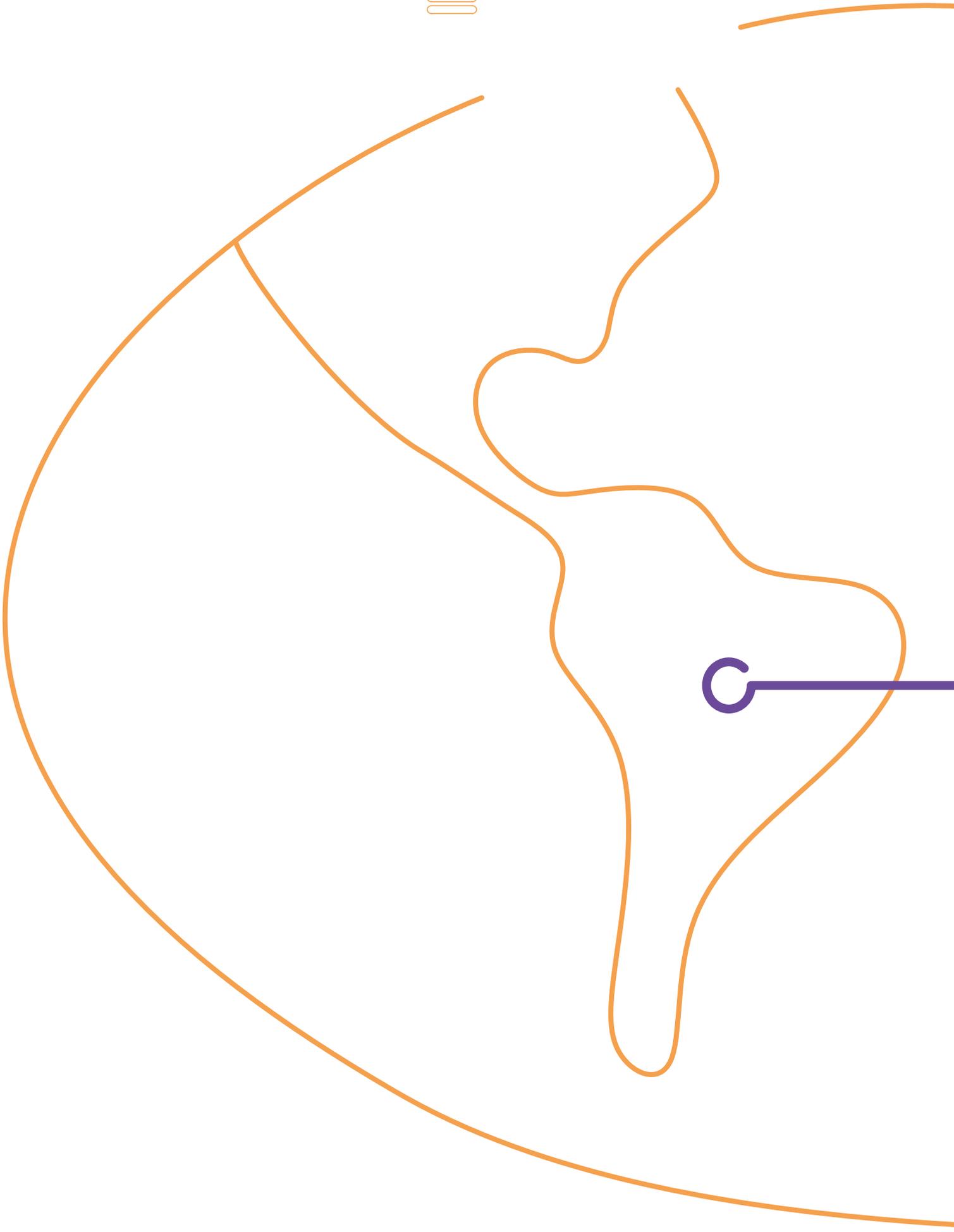


GRÁFICO 3

EVOLUÇÃO DO TOTAL DE AÇÕES NO PERÍODO 2018-2020



Fonte: CNI.





2 CONTEXTO 25

2.1 CONTEXTO INTERNACIONAL

>> A HERANÇA DE 2020

A pandemia da Covid-19 alterou por completo as projeções econômicas internacionais para o ano de 2020. Os governos foram forçados a tomar medidas sanitárias que reduziram significativamente a atividade econômica a curto prazo.

Segundo o Fundo Monetário Internacional (FMI), a queda do produto interno bruto (PIB) global ficará em torno de 4,4%¹, contra projeções de 3,0% de crescimento esperadas antes, quando ainda não se imaginava um evento dessa magnitude. As medidas fiscais e financeiras adotadas em diversos países contribuíram para que a contração do PIB global não fosse ainda mais forte.

A queda do PIB é esperada em todas as regiões. No entanto, as economias avançadas concentram as piores perspectivas, com 4,3% de previsão de retração na economia dos Estados Unidos, 8,3% na Zona do Euro e 5,3% no Japão. As economias emergentes devem cair ao redor de 3,3%, com destaque para as reduções na África do Sul (8,0%), no Brasil (5,8%), na Índia (10,3%) e no México (9,0%). A exceção é a China, que deve crescer ao redor de 1,9%².

A América Latina segue como o destaque negativo no mundo em desenvolvimento. A significativa retração esperada para Brasil e México soma-se à perspectiva de queda de 11,8% do PIB da Argentina, maior destino de bens manufaturados do Brasil junto com os Estados Unidos.

A crise sem precedentes em 2020 teve como elementos mais importantes: *i)* intensificação da pandemia acima do esperado em alguns países; *ii)* retração econômica sincronizada em várias áreas do mundo; *iii)* consumo, desemprego, mobilidade e setor de serviços em geral como grandes fatores da recessão; e *iv)* queda abrupta do comércio global.

1 INTERNATIONAL MONETARY FUND. **World Economic Outlook**, out, 2020. Disponível em: <https://www.imf.org/en/Publications/WEO/Issues/2020/09/30/world-economic-outlook-october-2020>. Acesso em: 2 fev. 2021.

2 INTERNATIONAL MONETARY FUND. **World Economic Outlook**, out, 2020. Disponível em: <https://www.imf.org/en/Publications/WEO/Issues/2020/09/30/world-economic-outlook-october-2020>. Acesso em: 2 fev. 2021.



Em 2019, em razão das disputas comerciais globais e do enfraquecimento de algumas cadeias de produção, o comércio já havia estagnado. A Organização Mundial do Comércio (OMC) projetou o ano 2020 com uma redução de 9,2%³ do volume das trocas globais, previsão menos severa do que no início da pandemia, mas ainda bastante pronunciada.

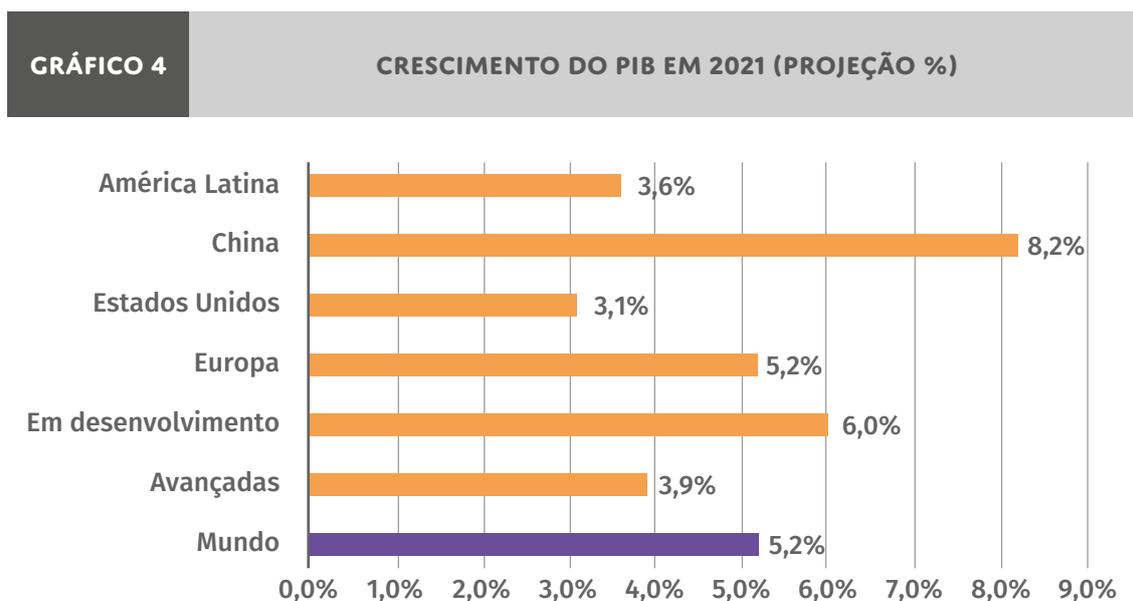
O comércio global seguiu o movimento econômico em todas as regiões. A América Central e do Sul, a Europa e a América do Norte – com quedas de 13,5%, 10,0% e 8,7%, respectivamente – foram mais afetadas e preocupam por serem os principais destinos das exportações industriais brasileiras. A Ásia, com queda menor, de 4,4%, ajudou a garantir a demanda para alguns produtos do Brasil, como se verá adiante.

>> A EXPECTATIVA PARA 2021

Em um cenário no qual países que tiveram quedas na disseminação do vírus não terão necessidade de adotar medidas restritivas ao comércio exterior na intensidade vista em 2020, o FMI projeta crescimento global de 5,2% em 2021, fazendo com o que o PIB mundial fique em patamar praticamente igual ao de 2019. Quanto mais persistirem os efeitos da pandemia, mais esse valor deve ser negativamente afetado.

Segundo o FMI, as incertezas mais relevantes que desafiam a retomada em 2021 são: *i)* distanciamentos sociais voluntários que afetem o consumo; *ii)* capacidade de recolocação profissional em setores diferentes; *iii)* aumento de custos para empresas com segurança no trabalho; *iv)* possível reconfiguração das cadeias de produção no mundo e impactos no comércio e investimentos; e *v)* nível dos déficits públicos nos países.

Economias avançadas e em desenvolvimento devem crescer de forma casada em 2021, com perspectivas de altas de 3,9% e 6,0%, respectivamente, com diferenças entre os países, conforme gráfico a seguir:



Fonte: FMI.

3 WORLD TRADE ORGANIZATION. **Trade shows signs of rebound from COVID-19, recovery still uncertain.** Disponível em: https://www.wto.org/english/news_e/pres20_e/pr862_e.htm. Acesso em: 2 fev. 2021.



O comércio mundial, entretanto, ainda não deve recuperar os níveis de 2018. A alta prevista no volume de trocas em 2021 gira em torno de 7,2% e deve ser mais significativa nas importações da Europa (8,7%) e da América do Norte (6,7%), porém aquém dos patamares de 2018.

O cenário global também será marcado por eventos políticos, sobretudo os efeitos de uma nova administração nos Estados Unidos e nova configuração no Congresso do país.

Assim, os temas e as tendências mais importantes que podem afetar a indústria em 2021 são:

- **Cooperação multilateral:** a capacidade de as principais economias mundiais cooperarem em 2021 é essencial em diversas frentes. O G20 será fundamental para coordenar compromissos de manutenção de liquidez, ajuda internacional para a crise de saúde e contenção da proliferação de barreiras ao comércio. A OMC, os seus membros e a nova Diretora Geral terão o desafio de restabelecer a credibilidade. Na Organização das Nações Unidas (ONU), a reforma da Organização Mundial da Saúde (OMS) merecerá também atenção.
- **Sustentabilidade:** temas como transição de carbono, economia circular e biodiversidade estarão mais presentes na agenda interna e na agenda de diálogo e de cooperação entre os países. Vale ressaltar que essa década será crítica para o cumprimento das metas previstas pelas Nações Unidas em seus 17 Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODSs) para 2030. Uma outra ótica importante é como o Brasil se colocará nessa discussão e o respectivo impacto nas agendas bilaterais, no Acordo Mercosul-União Europeia, na acessão à OCDE e, eventualmente, em barreiras comerciais contra exportações brasileiras.
- **Retomada das importações industriais:** a queda do comércio global foi particularmente forte para bens industriais em regiões para as quais a indústria brasileira mais exporta. Em 2021, países como Argentina (a depender dos ajustes macroeconômicos), Estados Unidos, México e os da Zona do Euro devem retomar a demanda por bens industriais, incluindo os exportados pelo Brasil, cujas empresas devem estar preparadas.
- **Resultado das eleições nos Estados Unidos:** a vitória do candidato democrata Joe Biden deve ter efeitos multifacetados para o Brasil. De um lado, a indústria brasileira pode ser beneficiada com o arrefecimento de medidas restritivas às suas exportações, como as de natureza de segurança nacional, bem como com o possível destravamento do Órgão de Apelação do Sistema de Solução de Controvérsias na OMC. De outro lado, deve-se evitar um distanciamento entre Brasil e EUA para não prejudicar a agenda econômica, incluindo os acordos comercial e tributário. De qualquer forma, a agenda de sustentabilidade ambiental, não prioritária na relação bilateral recente, deve ganhar destaque e pode ser uma pauta positiva e de aproximação dos dois governos.
- **Cadeias de valor:** fatores empresariais, geopolíticos e conjunturais afetam a organização das cadeias globais de valor. Ainda que não se deva esperar um revés profundo nos investimentos internacionais das empresas, pode haver deslocamentos que afetem a posição do Brasil e o país precisa estar preparado em políticas públicas e estratégias empresariais coordenadas, para extrair os melhores benefícios e atrair investimentos produtivos.



2.2 CONTEXTO DOMÉSTICO

>> A HERANÇA DE 2020

A CNI projetava crescimento do setor industrial para 2020 ao redor de 2,5% antes de os efeitos econômicos da pandemia atingirem o país. Os impactos profundos na atividade econômica levaram a uma revisão com perspectiva de queda de 3,9%⁴ do PIB industrial.

Há sinais de que os efeitos econômicos negativos na economia e na indústria possam ser menos fortes do que aqueles previstos inicialmente. De qualquer forma, a saída completa da crise coloca um grande desafio ao país, pois: *i*) a crise o atingiu em um momento frágil e de alto desemprego; *ii*) o governo tem fortes restrições fiscais, embora tenha dado respostas financeiras e de auxílio às famílias na pandemia; e *iii*) as empresas já estavam com pouca tração para investir.

O aspecto fiscal do governo, portanto, não foi um fator de melhoria em 2020, justamente pela necessidade de resposta aos desafios impostos por medidas de distanciamento social. Ao contrário de 2019, quando se aprovou a reforma previdenciária, importante para lidar com o desafio dos gastos públicos, em 2020, a reforma administrativa não avançou.

A reforma mais relevante para a competitividade da economia brasileira, a tributária, tem tido avanços em discussões, mas poucos progressos na sua tramitação. De qualquer forma, é um aspecto positivo que o tema esteja em destaque no Congresso Nacional, no Poder Executivo e na sociedade.

A pressão fiscal aliada à pandemia afetou parte da política comercial. Os exemplos principais são: o não avanço do Reintegra e a quase paralisia do sistema de crédito oficial e das garantias às exportações de bens e serviços.

A agenda negociadora teve alguns avanços, como a parte de facilitação de comércio e regulatória entre o Brasil e os Estados Unidos e o maior diálogo público-privado sobre os acordos de livre comércio. Entretanto, a expectativa de tramitação do Acordo de Associação Mercosul-União Europeia (UE) teve contratempos e limitou-se à revisão legal e tradução na Europa.

>> O COMÉRCIO EXTERIOR EM 2020

A corrente de comércio exterior do Brasil reduziu 8,4% em 2020, puxada pelas importações, que caíram 10,4%. As exportações retraíram 6,9%, porém seu comportamento setorial e geográfico foi bastante distinto. Os bens industrializados tiveram queda de mais de 15,3%, enquanto os bens básicos tiveram alta nas vendas ao exterior de 1,0%. Esse cenário leva a uma consolidação da queda nas exportações de bens industrializados, que atingiu seu menor patamar em uma década.

Os principais destinos das exportações de bens industrializados, Argentina, Estados Unidos e UE, por exemplo, tiveram reduções expressivas, de 13,6%, 26,2% e 32,1%, respectivamente. Ao mesmo tempo, o total de vendas para a China cresceu 17,8%.

⁴ Disponível em: https://bucket-gw-cni-static-cms-si.s3.amazonaws.com/media/filer_public/8e/29/8e29884e-902f-4b-34-aea7-65e13fe3bbf7/informe_conjuntural_1o_trimestre_de_2020.pdf. Acesso em: 7 fev. 2021.



GRÁFICO 5

PARTICIPAÇÃO DAS EXPORTAÇÕES DO BRASIL POR FATOR AGREGADO

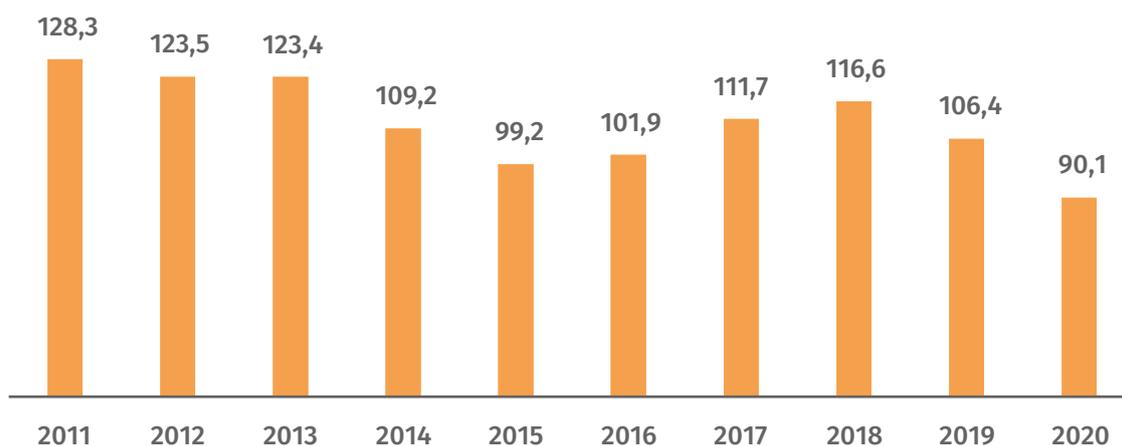


Fonte: Funcexdata.

As exportações de bens industrializados atingiram o menor valor desde a crise de 2009. Em relação ao ano de 2019, foi exportado US\$ 16,2 bilhões a menos, e, em relação a 2011, uma década atrás, houve uma perda de US\$ 38 bilhões.

GRÁFICO 6

EXPORTAÇÕES DE BENS INDUSTRIALIZADOS (US\$ BILHÕES)



Fonte: Funcexdata.

A perda de exportações industriais é preocupante para o setor e para o país. As vendas desse setor são as que mais beneficiam a economia brasileira, ampliando empregos, salários e tributos.

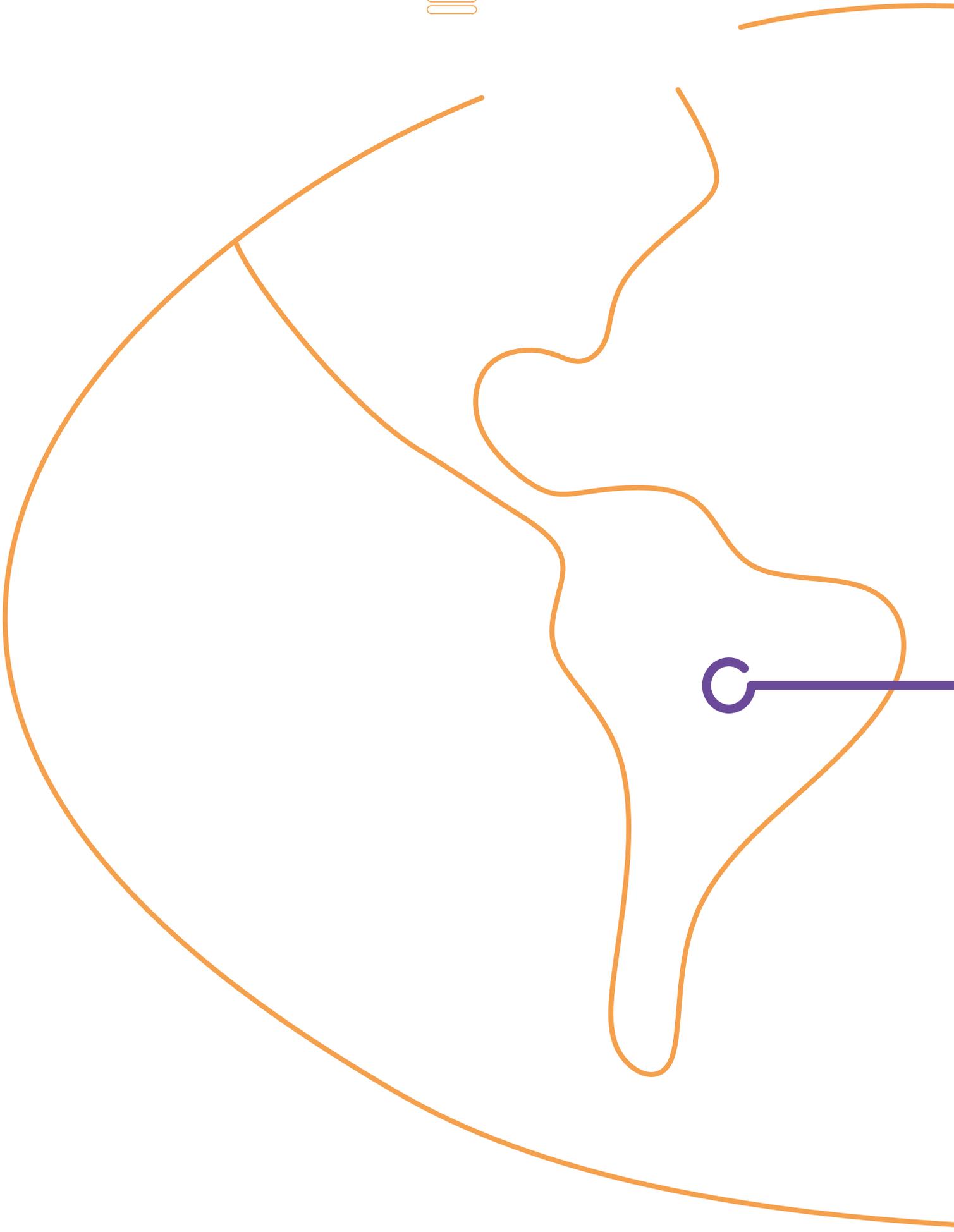


>> A EXPECTATIVA PARA 2021

O crescimento econômico do Brasil deve ser retomado em 2021 (em torno de 4%), assim como a recuperação da indústria. Um crescimento mais acelerado dependerá da habilidade de os Poderes Executivo e Legislativo endereçarem o equilíbrio fiscal e as políticas pró-competitividade, sobretudo a Reforma Tributária.

No âmbito doméstico, portanto, os temas mais importantes que podem afetar a indústria em 2021 são:

- **Contas públicas e ambiente macroeconômico:** a sustentabilidade das contas públicas depende essencialmente da manutenção da regra de Teto de Gastos, que para se manter viável no médio prazo demanda alguma flexibilização no orçamento e uma reforma administrativa. Assegurá-la é fundamental para a melhoria do ambiente macroeconômico e para a elevação da capacidade de crescimento sustentado da economia e, dessa forma, da indústria. Além disso, o equilíbrio das contas públicas pode ter impacto positivo para a política comercial do Brasil em áreas, como facilitação de comércio e financiamento e garantias às exportações.
- **Reforma Tributária:** a abrangência da Reforma Tributária a ser aprovada e da agenda de tributação dos fluxos de comércio e investimentos darão o tom da capacidade de a indústria competir internacionalmente. Uma reforma ambiciosa pode resolver ou atenuar o histórico de acumulação de créditos tributários na exportação e melhorar a distribuição da carga tributária entre os setores empresariais, já que a indústria tem uma carga de quase 50%, o que prejudica sua inserção internacional competitiva vis-à-vis a outros setores e países.
- **Agenda de integração e diálogos público-privado:** o maior diálogo público-privado estabelecido em 2020 pode impulsionar uma agenda de integração internacional do País mais realista e equilibrada. Debates e consultas podem dar um foco mais amplo na política comercial, que leve em consideração não apenas acordos de livre comércio e reduções de tarifas, mas também o estímulo às exportações, por meio de temas ligados à competitividade do comércio exterior, à melhoria da tributação dos fluxos de comércio e investimentos, e às relações bilaterais prioritárias e serviços para as empresas. Para isso, a interlocução da indústria com o Ministério da Economia – sobretudo as Secretarias Especiais de Comércio Exterior e Assuntos Internacionais (Secint) e de Produtividade, Emprego e Competitividade (Sepec) – é fundamental.
- **Agenda de sustentabilidade do Brasil:** o tema está cada vez mais presente na agenda internacional e multilateral e o Brasil é um ator relevante. O aprimoramento da comunicação e de uma estratégia de diplomacia das ações governamentais e privadas nessa área pode impulsionar a imagem do País e ser um ativo importante para sua inserção internacional e evitar barreiras às exportações de empresas nacionais.





3 AÇÕES PRIORITÁRIAS 33

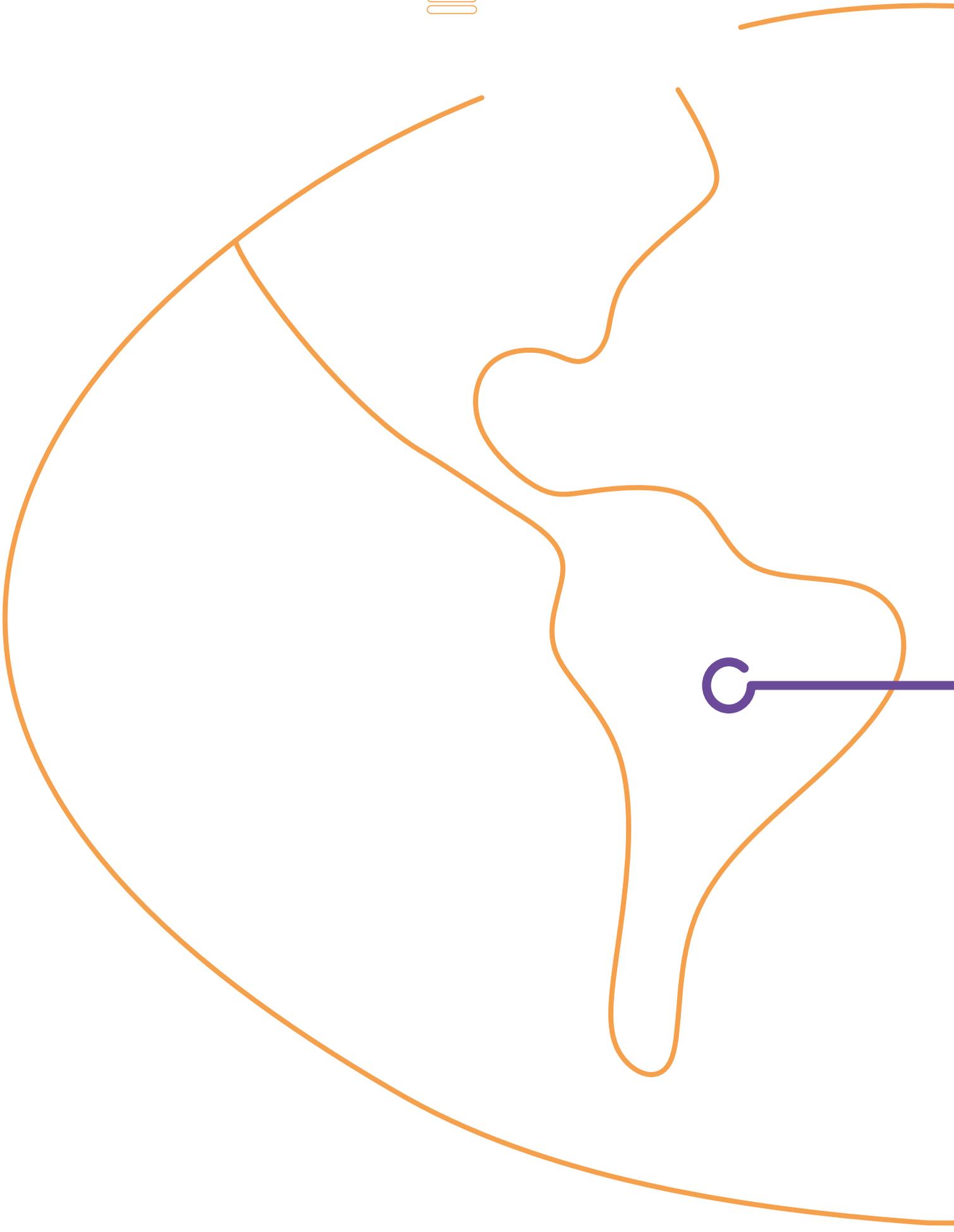
As 10 ações prioritárias da **Agenda Internacional da Indústria 2021** foram selecionadas com base nos critérios de maior impacto econômico para o comércio exterior brasileiro e de maior alcance dos interesses dos diferentes grupos de *stakeholders*

- 10 ações prioritárias da Agenda Internacional da Indústria 2021

1	MERCOSUL UNIÃO EUROPEIA	<i>Defender, junto aos Poderes Executivo e Legislativo no Brasil e na União Europeia (UE), a assinatura e internalização do acordo de livre comércio Mercosul-UE, ressaltando a sua dimensão de sustentabilidade; e sensibilizar o setor privado sobre os benefícios e impactos do acordo.</i>
2	OCDE	<i>Elaborar, apresentar e defender propostas que contribuam para a acessão do Brasil à OCDE nos temas de relevância para a indústria; sensibilizar o setor privado para a importância da agenda da OCDE; monitorar a adesão a novos instrumentos e analisar seus impactos e relevância para a indústria; e defender, junto às congêneres da CNI no exterior, o apoio dos seus respectivos governos para o processo de acessão do Brasil.</i>
3	LEI DE LUCROS NO EXTERIOR	<i>Defender a revisão da Lei nº 12.973/2014 para eliminar a tributação do lucro das empresas no exterior ou, de forma alternativa, ampliar a concessão de crédito presumido de 9% para todos os setores e defender a prorrogação desse crédito e da consolidação dos resultados das empresas, de 2022 para 2030; e defender a alteração de critérios para o enquadramento de um país no regime de subtributação.</i>
4	PORTAL ÚNICO DE COMÉRCIO EXTERIOR	<i>Defender a conclusão do novo módulo de importação e a definitiva e total integração dos órgãos anuentes e dos seus respectivos controles e regulamentações para a plena implantação do Portal Único de Comércio Exterior.</i>



5	REFORMA TRIBUTÁRIA PARA O COMÉRCIO EXTERIOR	<i>Monitorar as discussões e avaliar os impactos das propostas de Reforma Tributária para o comércio exterior; defender a manutenção da isonomia tributária das exportações, a eliminação da cumulatividade, a melhoria na compensação de créditos tributários federais e estaduais, e a manutenção dos regimes aduaneiros especiais de: Drawback; Regime Aduaneiro Especial de Entrepasto Industrial sob Controle Aduaneiro Informatizado (Recof); e Regime Aduaneiro Especial de Entrepasto Industrial sob Controle Informatizado do Sistema Público de Escrituração Digital (Recof-Sped).</i>
6	GOVERNANÇA DO SISTEMA PÚBLICO DE FINANCIAMENTO E GARANTIAS ÀS EXPORTAÇÕES	<i>Defender o aprimoramento da estrutura do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES), responsável pelas atividades de financiamento às exportações, a maior autonomia para o Banco do Brasil (BB) nas operações do Programa de Financiamento às Exportações (Proex) e a realização de reuniões regulares do Comitê de Financiamento e Garantia das Exportações (Cofig) da Câmara de Comércio Exterior (Camex).</i>
7	SUBSÍDIOS E MEDIDAS COMPENSATÓRIAS	<i>Defender a publicação e a entrada em vigor do novo decreto de medidas compensatórias, contendo os principais pontos apresentados pela indústria, sobretudo a adequação da definição de subsídios, previsão de adoção de metodologias alternativas em casos de condições anormais de comércio e mudança da definição de indústria doméstica; e sensibilizar o setor privado e o governo brasileiro sobre a importância de compreender subsídios que afetam a indústria e podem ser alvos de medidas compensatórias.</i>
8	ROTA GLOBAL	<i>Defender e apoiar a implementação da metodologia Rota Global em até 18 estados por meio do Plano Nacional da Cultura Exportadora (PNCE); automatizar o plano de internacionalização e a matriz de serviços; e assegurar a aplicação da metodologia nas parcerias nacionais e internacionais estabelecidas pela CNI.</i>
9	NOVO BANCO DE DESENVOLVIMENTO	<i>Defender a promulgação do acordo sede do Novo Banco de Desenvolvimento (NDB) no Brasil; Sensibilizar o Poder Legislativo sobre a necessidade de retomada do pagamento das contribuições brasileiras referentes a 2020 e 2021.</i>
10	SPECIAL 301	<i>Defender a retirada do Brasil da lista de atenção do relatório anual sobre propriedade intelectual do Escritório do Representante de Comércio dos Estados Unidos (USTR).</i>





4 AÇÕES DE 2021 37

O quadro a seguir resume as prioridades para 2021 nos quatro eixos da atuação internacional da CNI e do SENAI: defesa de interesses em política comercial, serviços de apoio à internacionalização, ações em mercados estratégicos e cooperação internacional.

Cabe ressaltar que a CNI defende apenas propostas que estão em acordo com a Constituição Federal (CF) e com as normas internacionais às quais o Brasil aderiu, em particular os acordos do Mercosul e da OMC.

Eixo de ações de 2021

DEFESA DE INTERESSES EM POLÍTICA COMERCIAL

- *Governança do comércio exterior*
- *Acordos comerciais*
- *Barreiras em terceiros mercados*
- *Investimentos*
- *Facilitação e desburocratização do comércio exterior*
- *Logística e infraestrutura do comércio exterior*
- *Tributação no comércio exterior*
- *Financiamento e garantias às exportações*
- *Comércio justo*

SERVIÇOS DE APOIO À INTERNACIONALIZAÇÃO

- *Governança para serviços*
- *Regulação de serviços*
- *Oferta de serviços*

AÇÕES EM MERCADOS ESTRATÉGICOS

- *Mercados prioritários*

COOPERAÇÃO INTERNACIONAL

- *Desenvolvimento de competências locais*



4.1 DEFESA DE INTERESSES EM POLÍTICA COMERCIAL

4.1.1 GOVERNANÇA DO COMÉRCIO EXTERIOR

- Objetivo

Aperfeiçoar a governança da política comercial brasileira de modo a tornar o processo decisório mais eficiente, eficaz e equilibrado em seus resultados.

- Importância

O comércio exterior é uma atividade complexa que envolve um grande número de órgãos e tomadores de decisão nas esferas federal, estadual e municipal. Um processo de tomada de decisão, sobretudo em âmbito federal, com pouca eficiência, eficácia e equilíbrio nos resultados, tem impacto negativo significativo para os operadores privados.

- Balanço de 2020

O QUE AVANÇOU?	O QUE NÃO AVANÇOU OU RETROCEDEU?
<ul style="list-style-type: none"> ✓ <i>Publicação do Decreto do Comitê de Alterações Tarifárias (CAT) da Camex.</i> ✓ <i>Publicação do Decreto do Comitê Nacional de Facilitação de Comércio (Confac) da Camex.</i> ✓ <i>Publicação do regimento interno do Comitê Nacional de Investimentos (Coninv) da Camex.</i> ✓ <i>Inclusão de entidades de classe como membros para o CONEX.</i> 	<p><i>Não avançou:</i></p> <ul style="list-style-type: none"> ✗ <i>Estratégia Nacional de Comércio Exterior.</i> ✗ <i>Novo Decreto do Comitê de Defesa Comercial (CDCOM) da Camex.</i> ✗ <i>Constituição do Conselho Consultivo do Setor Privado (Conex) da Camex.</i> ✗ <i>Criação do Comitê Nacional de Barreiras Comerciais e aos Investimentos.</i> ✗ <i>Publicação do regimento interno do CAT.</i> <p><i>Retrocedeu:</i></p> <ul style="list-style-type: none"> ✗ <i>Extinção do Comitê Nacional de Promoção Comercial (Copcom) da Camex.</i>

Fonte: elaboração própria.

- Prioridades para 2021

1. Estratégia Nacional de Comércio Exterior	<i>Disseminar e defender propostas para o Brasil adotar uma estratégia nacional de comércio exterior; e avaliar a atuação dos setores privados de outros países na elaboração e execução de suas estratégias nacionais.</i>	
2. Câmara de Comércio Exterior	<i>Avaliar o desempenho dos órgãos da Camex; e elaborar, apresentar e defender as propostas para o fortalecimento da Câmara.</i>	
3. Mecanismos governamentais bilaterais e plurilaterais	<i>Elaborar, apresentar e defender propostas para o aperfeiçoamento dos mecanismos governamentais bilaterais e plurilaterais.</i>	

Fonte: elaboração própria.

4.1.2 ACORDOS COMERCIAIS

- Objetivo

Ampliar o acesso aos mercados externos para bens, serviços e investimentos brasileiros por meio da negociação de acordos comerciais com regras bem definidas e estimular a abertura comercial de forma equilibrada, gradual e previsível.

- Importância

Acordos comerciais são essenciais para eliminar barreiras às exportações brasileiras, impulsionar as reformas internas, incrementar a competitividade industrial e contribuir para o aumento da produtividade da economia. Os acordos também definem as regras que podem gerar mais previsibilidade e segurança jurídica ao ambiente de negócios, equalizando condições de competição em mercados prioritários e facilitando o comércio e os investimentos.

- Balanço de 2020

O QUE AVANÇOU?	O QUE NÃO AVANÇOU OU RETROCEDEU?
<ul style="list-style-type: none"> ✓ <i>Revisão da oferta do Brasil nas negociações do acordo Mercosul-Coreia do Sul.</i> ✓ <i>Revisão legal do acordo Mercosul-UE.</i> ✓ <i>Conclusão do “pacote comercial” com os Estados Unidos.</i> ✓ <i>Início de negociação para atualização do regime de origem do Mercosul.</i> ✓ <i>Entrada em vigor da nova Resolução Camex para alterações tarifárias por desabastecimento no Mercosul.</i> ✓ <i>Criação do Comitê Ad Hoc no Mercosul sobre controle de cotas de importação.</i> ✓ <i>Conclusão e entrada em vigor do Acordo de Complementação Econômica (ACE) 74 Brasil-Paraguai.</i> ✓ <i>Entrada em vigor do acordo automotivo Brasil-Argentina.</i> ✓ <i>Conclusão e entrada em vigor do acordo automotivo Brasil-Paraguai.</i> ✓ <i>Conclusão e entrada em vigor do Protocolo Adicional ao ACE 55 Brasil-México sobre automóveis pesados.</i> ✓ <i>Entrada em vigor do Protocolo Adicional 81 ao ACE 02 Brasil-Uruguai sobre Zonas Francas.</i> ✓ <i>Harmonização do formulário eletrônico para pleitos de alterações tarifárias.</i> 	<p><i>Não avançou:</i></p> <ul style="list-style-type: none"> ✗ <i>Assinatura e internalização do acordo Mercosul-UE.</i> ✗ <i>Conclusão de pendências e assinatura do acordo Mercosul-EFTA.</i> ✗ <i>Ampliação do acordo Brasil-México.</i> ✗ <i>Conclusão do acordo Mercosul-Canadá.</i> ✗ <i>Agenda comercial com países da Aliança do Pacífico.</i> ✗ <i>Acordo de compras públicas Brasil-Colômbia.</i> ✗ <i>Entrada em vigor do acordo Brasil-Peru.</i> ✗ <i>Aprovação do acordo Brasil-Chile pelo Congresso Nacional.</i> ✗ <i>Aprovação do Acordo de Compras Públicas do Mercosul pelo Congresso Nacional.</i> ✗ <i>Início de negociações com países da América Central.</i> ✗ <i>Início de negociações para ampliação do acordo Mercosul-Sacu.</i> ✗ <i>Início de negociações para um acordo amplo com os Estados Unidos.</i> ✗ <i>Publicação do decreto que disciplina o rito de internalização de atos internacionais.</i> ✗ <i>Reforma da OMC.</i> ✗ <i>Aprovação do pedido do Brasil de acesso à OCDE.</i>



O QUE AVANÇOU?	O QUE NÃO AVANÇOU OU RETROCEDEU?
<ul style="list-style-type: none"> ✓ Aprovação, pelo Congresso do Chile, do acordo Brasil-Chile. ✓ Consulta pública sobre usuários que utilizam nomes protegidos como indicações geográficas no acordo Mercosul-UE. ✓ Consulta pública e diálogo com setores impactados sobre a acessão do Brasil ao Acordo de Compras Governamentais (ACG) da OMC. ✓ Assinatura do Acordo em Serviços entre Mercosul e Colômbia. ✓ Proposta brasileira para o texto do Acordo de Facilitação de Investimentos da OMC. ✓ Prorrogação da moratória para transmissões eletrônicas até a próxima Conferência Ministerial da OMC. ✓ Criação da Secretaria Especial de Relacionamento Externo (Serex), no âmbito da Casa Civil, para acompanhamento da agenda da OCDE no Poder Executivo. ✓ Adesão do Brasil a 15 instrumentos da OCDE, inclusive duas recomendações sobre qualidade regulatória. ✓ Adesão do Brasil ao Comitê de Política do Consumidor da OCDE. ✓ Reformulação da ferramenta de informações sobre preferências comerciais. 	<p><i>Retrocedeu:</i></p> <ul style="list-style-type: none"> ✗ <i>Transparência nas discussões sobre revisão da TEC e revisão do regime de origem do Mercosul.</i> ✗ <i>Demora na publicação de atas e normas do Mercosul.</i> ✗ <i>Transparência em relação aos textos e ofertas dos acordos em negociação.</i> ✗ <i>Não renovação do Sistema Geral de Preferências (SGP) dos Estados Unidos e impasses quanto ao futuro do programa.</i> ✗ <i>Aumento de barreiras não tarifárias no Mercosul.</i> ✗ <i>Análise de aderência dos acordos internacionais à Lei de Responsabilidade Fiscal (LRF).</i> ✗ <i>Ausência de Avaliação de Impacto Regulatório (AIR) para o ACG da OMC.</i> ✗ <i>Aprovação final do Congresso do Paraguai do aumento de margens de preferência em compras públicas.</i> ✗ <i>Aprovação de mandatos de negociação de acordos de livre comércio com Indonésia e Vietnã sem consulta pública prévia ou publicação de diretrizes.</i>

Fonte: elaboração própria.

- Prioridades para 2021

1. Europa

UE: defender, junto aos Poderes Executivo e Legislativo no Brasil e na UE, a assinatura e internalização do acordo de livre comércio Mercosul-UE, ressaltando a sua dimensão de sustentabilidade; e sensibilizar o setor privado sobre os benefícios e impactos do acordo.

EFTA: defender a conclusão, a assinatura e o início da tramitação do acordo de livre comércio Mercosul-EFTA; sensibilizar o setor empresarial sobre os benefícios do acordo.

Reino Unido: defender o lançamento de negociações para um acordo de livre comércio Mercosul-Reino Unido.





2. América do Norte	<p>Estados Unidos: defender o lançamento de negociações para um acordo de livre comércio Mercosul-Estados Unidos ou, alternativamente, defender as negociações de acordos em temas, como comércio eletrônico, facilitação de comércio, coerência regulatória, barreiras técnicas e medidas sanitárias e fitossanitárias; defender a internalização do “pacote comercial”; e defender a manutenção do Brasil como beneficiário do SGP e sensibilizar o setor privado.</p>	
	<p>México: defender a conclusão de um acordo de livre comércio ou de um acordo parcial (o mais amplo possível na cobertura de bens) que inclua, sobretudo, regras de origem satisfatórias para a indústria e capítulos sobre barreiras técnicas, compras governamentais, facilitação de comércio, medidas sanitárias e fitossanitárias, e serviços.</p>	
	<p>Canadá: defender a conclusão e a celebração do acordo de livre comércio Mercosul-Canadá.</p>	
3. América Central e caribe	<p>Defender o lançamento de negociações de livre comércio com países da América Central, com foco na Costa Rica e no Panamá.</p>	
4. Mercosul	<p>Defender a importância econômica do Mercosul para a indústria e para o País; defender propostas para ampliar e aperfeiçoar o livre comércio intrabloco, sobretudo em regras de origem, barreiras não tarifárias, comércio eletrônico e serviços; defender a participação efetiva do setor privado em reuniões do Mercosul, inclusive naquelas sobre a implementação e regulamentação da Resolução Mercosul/GMC nº 53/2019; defender o aperfeiçoamento da governança técnica e administrativa do Mercosul e mais transparência e celeridade na publicação de atas e normativas do bloco; e defender a internalização e disseminar os benefícios ao setor privado do Protocolo de Contratações Públicas e do Acordo de Facilitação de Comércio do bloco.</p>	
5. América do Sul e Aliança do Pacífico	<p>América do Sul: defender o aprofundamento em acesso a mercados com a Colômbia para atingir o livre comércio, a liberalização do mercado de compras governamentais e de regras para temas não tarifários; defender a internalização dos acordos Brasil-Chile e Brasil-Peru; e disseminar os benefícios dos acordos ao setor privado.</p>	
	<p>Aliança do Pacífico: defender a continuidade da agenda para maior integração entre o Mercosul e a Aliança do Pacífico por meio da implementação e execução do Plano de Ação de Puerto Vallarta, sobretudo em barreiras não tarifárias, cooperação regulatória, facilitação de comércio, facilitação do comércio de serviços, agenda digital e facilitação de investimentos.</p>	



<p>6. Ásia</p>	<p>Coreia do Sul: defender a suspensão das negociações do acordo Mercosul-Coreia do Sul ou, alternativamente, defender um acordo parcial que reflita os interesses do setor privado em acesso a mercados e regras, e resguarde os setores contra a concorrência desleal.</p> <p>Índia: defender a realização de consulta pública para eventual ampliação do acordo Mercosul-Índia; e apoiar o setor privado em posicionamentos.</p> <p>Japão: defender a atualização da consulta pública, realizada em 2017, e o início de negociações para um acordo de livre comércio Mercosul-Japão.</p> <p>Israel: disseminar os benefícios do acordo de livre comércio Mercosul-Israel ao setor privado; e defender a realização de consultas ao setor privado para modernização das regras do acordo.</p> <p>Outros países da Ásia: defender o início de novas negociações com o Irã; e acompanhar e apoiar o setor privado em posicionamentos para eventuais negociações com Cingapura, Indonésia, Líbano, Vietnã e outros países da Ásia.</p>	
<p>7. África</p>	<p>Egito: defender a ampliação e melhoria do acordo de livre comércio Mercosul-Egito, incluindo produtos que ficaram na cesta de sensibilidades, a revisão das regras de origem de alguns setores e a modernização do escopo normativo, principalmente em barreiras não tarifárias, compras governamentais e facilitação de comércio; e disseminar os benefícios do acordo ao setor privado.</p> <p>África do Sul: defender, junto aos governos do Brasil e da África do Sul, a revisão do acordo para aumentar a cobertura e atualizar as regras; e disseminar os benefícios do acordo ao setor privado.</p> <p>Outros: defender o início de negociações de livre comércio com outros países do continente, principalmente no norte da África.</p>	
<p>8. TEC</p>	<p>Defender a abertura comercial do Brasil via acordos comerciais ou, alternativamente, defender a consulta pública, a publicação de análise de impacto pelo governo e o diálogo com o setor privado.</p>	
<p>9. Mecanismos de alteração tarifária</p>	<p>Defender a criação e implementação de legislação que determine prazos e trâmites para os processos de alteração tarifária; defender o aumento da transparência por meio da divulgação de notas, pareceres, atas de reuniões e pela criação de um sistema eletrônico único para acompanhamento dos processos; e defender a manutenção e revisão dos mecanismos, sobretudo da Lista de Exceções à Tarifa Externa Comum (Letec).</p>	



10. Programa de ajuste	<i>Apresentar e defender as propostas para criação de um programa governamental, com foco na consultoria para aumentar a produtividade e as vendas, para empresas brasileiras afetadas negativamente pela abertura comercial.</i>	
11. Transparência	<i>Elaborar, apresentar e defender propostas para o estabelecimento de um processo legal, baseado em Boas Práticas Regulatórias (BPRs), para antes, durante e após as negociações comerciais.</i>	
12. OMC	<i>Defender a importância da reforma da OMC e da manutenção do sistema multilateral de comércio; defender o funcionamento do mecanismo de Solução de Controvérsias e de seu órgão de apelação; defender o fortalecimento das regras de subsídios industriais e maior transparência nas notificações; monitorar as negociações de novos acordos no âmbito da OMC; aprofundar as posições da indústria, em particular nos temas de facilitação de investimentos, comércio eletrônico e acompanhar as discussões estruturadas em sustentabilidade e comércio; e defender os interesses e as sensibilidades do setor privado no processo de acesso do Brasil ao ACG da OMC.</i>	
13. OCDE	<i>Elaborar, apresentar e defender propostas que contribuam para a adesão do Brasil à OCDE nos temas de relevância para a indústria, incluindo a dimensão de sustentabilidade; sensibilizar o setor privado para a importância da agenda da OCDE; participar do Business at OECD; monitorar a adesão a novos instrumentos e analisar seus impactos e relevância para o setor privado; defender, junto às congêneres da CNI no exterior, o apoio dos seus respectivos governos para o processo de adesão do Brasil; e acompanhar a negociação da adesão brasileira aos Códigos de Liberalização da OCDE e a possível entrada do Brasil no Comitê de Meio Ambiente da Organização.</i>	
14. ONU	<i>Monitorar decisões que impactam e influenciam a regulação de temas relevantes para a indústria brasileira; estabelecer força-tarefa do setor privado para sensibilizar os principais órgãos do governo brasileiro que tratam desses temas; acompanhar o processo de reforma da OMS e possíveis impactos para o setor privado brasileiro; e elaborar um diagnóstico de setores onde há mais compras na ONU e suas agências, bem como de países que são mais vendedores para a entidade.</i>	
15. G20	<i>Participar e influenciar as discussões no âmbito do Business20 (B20) em temas de interesse do setor privado; sensibilizar o setor privado para a importância da agenda do B20; e apoiar a candidatura do Brasil à presidência do Grupo dos 20 (G20).</i>	



16. Internalização de acordos	<i>Defender a revisão do processo de internalização de acordos pelo Poder Executivo para torná-lo mais célere e previsível; defender o afastamento da possibilidade de análises repetidas sobre a Lei de Responsabilidade Fiscal (LRF); e monitorar e defender a tramitação de acordos econômicos mais relevantes para o setor privado no âmbito dos Poderes Executivo e Legislativos.</i>	
17. GBC	<i>Participar e influenciar as discussões no âmbito da Global Business Coalition (GBC), de forma a garantir que temas prioritários para o setor privado sejam debatidos entre os membros.</i>	
18. ICC	<i>Acompanhar e influenciar as discussões da International Chamber of Commerce (ICC) em temas de defesa de interesse e prestação de serviços ao setor privado; e participar das reuniões das Comissões da ICC Brasil e contribuir com os debates em temas estratégicos para o setor privado.</i>	

Fonte: elaboração própria.

4.1.3 BARREIRAS EM TERCEIROS MERCADOS

- Objetivo

Ampliar o acesso aos mercados externos para bens, serviços e investimentos brasileiros por meio da implementação de uma estratégia público-privada para identificação, qualificação, monitoramento e remoção de barreiras impostas por terceiros mercados.

- Importância

As barreiras prejudicam as exportações de bens, serviços e investimentos brasileiros. As novas barreiras de sustentabilidade, ambientais e sociais, juntaram-se às tradicionais barreiras não tarifárias, ampliando a necessidade de coordenação e ação intergovernamental no tema.

- Balanço de 2020

O QUE AVANÇOU?	O QUE NÃO AVANÇOU OU RETROCEDEU?
<ul style="list-style-type: none"> ✓ Registro de 29 novas barreiras no Sistema Eletrônico de Monitoramento de Barreiras às Exportações (SEM Barreiras). ✓ Lançamento do manual e de uma capacitação a distância a respeito de cooperação regulatória internacional. ✓ Notificação de 4 Preocupações Comerciais Específicas (PCEs) aos Comitês da OMC. ✓ Diálogo bilateral de cooperação regulatória com EUA na área de avaliação da conformidade. 	<p>Não avançou:</p> <ul style="list-style-type: none"> ✗ Remoção de barreiras registradas no SEM Barreiras. ✗ Participação do setor privado nos comitês de Barreiras Técnicas ao Comércio (Technical Barriers to Trade - TBT) e Medidas Sanitárias e Fitossanitárias (Sanitary and Phytosanitary - SPS) da OMC. ✗ Realização de reunião do Comitê Gestor do SEM Barreiras. ✗ Criação do cargo de Adido de Economia.

Fonte: elaboração própria.



- Prioridades para 2021

1. Sensibilização do setor privado	<i>Sensibilizar o setor privado com o intuito de identificar novos entraves às exportações e aos investimentos brasileiros no exterior.</i>	
2. Qualificação de barreiras	<i>Qualificar, pelo menos, 15 novas barreiras identificadas pelo setor privado, por meio de análise técnica e legal, e registrá-las no SEM Barreiras; acompanhar e monitorar os cases já notificados.</i>	
3. SEM Barreiras	<i>Defender a utilização do SEM Barreiras por todos os órgãos de governo relevantes nesse tema; realizar a avaliação anual do sistema; apresentar e defender melhoria no SEM Barreiras; e criar o radar de PCEs.</i>	
4. Cooperação regulatória	<i>Sensibilizar o setor privado com o intuito de promover maior utilização dos instrumentos de cooperação regulatória; defender a ampliação das iniciativas facilitadoras de comércio com mercados estratégicos, incluindo Argentina e Estados Unidos.</i>	
5. Mecanismos governamentais bilaterais	<i>Identificar e incluir os pleitos de superação de barreiras às exportações e aos investimentos nos diálogos bilaterais coordenados pelo governo brasileiro, em particular com os mercados estratégicos.</i>	
6. Comitês da OMC	<i>Monitorar os trabalhos dos Comitês TBT e SPS da OMC, e novas medidas relacionadas ao meio ambiente; elaborar cinco propostas de PCEs para o governo brasileiro; e defender a participação do setor privado nos comitês de TBT e SPS.</i>	
7. Novas barreiras	<i>Monitorar as tendências e a adoção de novas medidas e/ou barreiras ligadas à sustentabilidade ambiental, social e sem fundamentação científica, realizar ações para mitigação; e monitorar e participar das discussões na UE para criação de um mecanismo de ajuste na fronteira relacionado à mudança do clima.</i>	
8. Adidos de Economia	<i>Defender a criação da função do Adido de Economia para atuação em mercados estratégicos para a indústria.</i>	

Fonte: elaboração própria.

4.1.4 INVESTIMENTOS

- Objetivo

Formular e defender medidas que aprimorem o quadro regulatório, sobretudo o alinhamento às práticas internacionais e diretrizes da OCDE, que contribuam para aumentar a competitividade das operações de empresas brasileiras fora do País e que aumentem a atratividade dos investimentos estrangeiros para o Brasil.



- Importância

O investimento das empresas brasileiras no exterior é uma atividade estratégica para a inserção do Brasil nos mercados globais e para o aumento da competitividade interna ao estimular a exportação, a inovação e a produtividade. Além disso, há crescente necessidade de atração de investimentos estrangeiros, importante fonte de crescimento da produção, e inovação de produtos e processos que impulsionam o crescimento econômico do País.

- Balanço de 2020

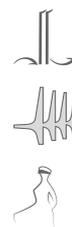
O QUE AVANÇOU?	O QUE NÃO AVANÇOU OU RETROCEDEU?
<ul style="list-style-type: none"> ✓ <i>Aprovação dos ADTs com os Emirados Árabes Unidos, Singapura e Suíça pelo Congresso Nacional.</i> ✓ <i>Decisões favoráveis do Poder Judiciário sobre incidência do Imposto de Renda Retido na Fonte (IRRF) em operações de importação de serviços sem transferência de tecnologia.</i> ✓ <i>Decisão do Poder Judiciário sobre não incidência de IRRF sobre remessas para pagamento de serviços no âmbito dos ADTs com Finlândia, França e Peru.</i> ✓ <i>Solução de consulta da Receita Federal Brasileira (RFB) sobre não incidência de IR na fonte em remessas relacionadas ao ADT Brasil-Finlândia.</i> ✓ <i>Conclusão do Acordo Previdenciário com a Índia.</i> ✓ <i>Conclusão do Acordo de Cooperação e Facilitação de Investimentos (ACFI) com a Índia.</i> ✓ <i>Publicação do Plano Nacional de Investimentos 2020-2022.</i> ✓ <i>Publicação do novo Regimento Interno do Ombudsman de Investimentos Diretos (OID).</i> 	<p><i>Não avançou:</i></p> <ul style="list-style-type: none"> ✗ <i>Alteração da Lei de Lucros no Exterior.</i> ✗ <i>Flexibilização do Código de Conduta do Ministério das Relações Exteriores (MRE).</i> ✗ <i>Início de negociações de ADTs com Alemanha, Colômbia, Estados Unidos e Reino Unido.</i> ✗ <i>Aprimoramento do modelo brasileiro de ADTs, sobretudo em serviços sem transferência de tecnologia.</i> ✗ <i>Aprimoramento das regras de preços de transferência como salvaguardas, comissões, conceito de similaridade e agrupamento de produtos na legislação.</i> ✗ <i>Criação de mecanismo de garantias para cobertura de riscos aos investimentos brasileiros no exterior.</i> <p><i>Retrocedeu:</i></p> <ul style="list-style-type: none"> ✗ <i>Decisão da 2ª turma do Superior Tribunal de Justiça (STJ) sobre a possibilidade de cobrança de IRRF sobre remessas para pagamento de serviços e assistência técnica mesmo em caso de existência de ADT.</i>

Fonte: elaboração própria.

- Prioridades para 2021

1. Lei de Lucros no Exterior

Defender a revisão da Lei nº 12.973/2014 para eliminar a tributação cumulativa do lucro das empresas no exterior ou, de forma alternativa, ampliar a concessão de crédito presumido de 9% para todos os setores e defender a prorrogação desse crédito e da consolidação dos resultados das empresas, de 2022 para 2030; defender a alteração de critérios para o enquadramento de um país como regime de subtributação; e defender a solução em prol do contribuinte de contenciosos jurídicos envolvendo a tributação de lucros no exterior.





2. Lei de Expatriados	<i>Defender a aprovação, na Câmara dos Deputados, do Projeto de Lei (PL) nº 3.801/2019 (antes do PL nº 138/2017 do Senado) e a sanção presidencial.</i>	 
3. Preços de transferência	<i>Defender o envio e aprovação do projeto de preços de transferência, oriundo do grupo de trabalho RFB/OCDE, para adequação às regras da OCDE, sem resultar em prejuízos para as empresas multinacionais brasileiras; e defender a inclusão de pontos como o tratamento de royalties, salvaguardas (safe harbours), commodities, conceito de similaridade e impactos da variação cambial.</i>	 
4. IOF nos investimentos	<i>Apresentar e defender proposta para alteração do Decreto nº 6.306/2007 com o objetivo de reduzir a zero as alíquotas do Imposto sobre Operações de Crédito, Câmbio e Seguros (IOF) incidentes sobre a remessa e o retorno de recursos ao exterior referentes à aquisição de empresas no exterior e ao empréstimo por empresas brasileiras a empresas no exterior do mesmo grupo.</i>	
5. Acordos para Evitar Dupla Tributação	<i>Defender a negociação de novos ADTs, de forma prioritária, com Alemanha, Austrália, Colômbia, Estados Unidos, Paraguai e Reino Unido; defender a revisão de ADTs com África do Sul, Chile, China, França, Índia, Japão, Luxemburgo, México, Países Baixos, Peru e Turquia, para reduzir a carga tributária incidente sobre operações de royalties, juros, dividendos e ganhos de capital, prioritariamente nos moldes da OCDE; defender mudanças na postura negociadora de ADTs pelo Brasil, eliminando a tributação na fonte de serviços que não envolvam a transferência de tecnologia, redução do IRRF para alguns rendimentos e possibilidade de uso de arbitragem, a redução da tributação de alguns rendimentos, como os royalties e dividendos; defender a aprovação de ADTs pelo Congresso Nacional, com Emirados Árabes, Singapura e Suíça; e defender, no STJ, a aplicação das cláusulas previstas nos ADTs firmados pelo Brasil, em especial aquelas sobre remessas de serviços sem transferência de tecnologia.</i>	  
6. Acordos Previdenciários	<i>Defender a negociação de novos acordos previdenciários com África do Sul, Áustria, China, Colômbia, Egito, Emirados Árabes Unidos, México, Países Baixos, Panamá e República Dominicana; defender a internalização do acordo multilateral entre países de língua portuguesa; defender a aprovação, pelo Congresso Nacional, dos acordos previdenciários com Índia, Moçambique e Suíça; e defender a revisão dos acordos existentes com Alemanha, Bélgica, França, Itália e demais países ibero-americanos e do Mercosul, elevando para cinco anos o período de cobertura do deslocamento de funcionários.</i>	 



<p>7. Acordos de Cooperação e Facilitação de Investimentos</p>	<p><i>Defender a reformulação e o aprimoramento do modelo de Acordos de Cooperação e Facilitação de Investimentos (ACFIs) para celebração de acordos com as principais economias mundiais; defender a internalização dos ACFIs com Colômbia, Guiana, Índia, Maláui, Moçambique e Peru; e disseminar os benefícios dos ACFIs para as multinacionais brasileiras.</i></p>	
<p>8. Acordos de vistos</p>	<p><i>Elaborar, apresentar e defender propostas para celebração e aprimoramento de acordos bilaterais de vistos de negócios, de trabalho e de investidor, de forma prioritária, com Alemanha, países da Aliança do Pacífico, países do BRICS, Estados Unidos, França, Japão, países do Mercosul e Reino Unido.</i></p>	
<p>9. Garantias aos investimentos</p>	<p><i>Apresentar e defender proposta legislativa para a criação de seguro de crédito para cobertura de riscos políticos e extraordinários de investimentos brasileiros no exterior.</i></p>	
<p>10. Sensibilização do governo</p>	<p><i>Sensibilizar o governo brasileiro sobre a importância da internacionalização produtiva para as empresas e para a economia nacional.</i></p>	
<p>11. Coninv</p>	<p><i>Defender a inclusão da representação do setor privado no Comitê Nacional de Investimentos (Coninv) da Camex; e apresentar a agenda de prioridades de política pública para atração de investimentos para o Brasil e promoção de investimentos brasileiros no exterior.</i></p>	

Fonte: elaboração própria.

>> FACILITAÇÃO E DESBUROCRATIZAÇÃO DO COMÉRCIO EXTERIOR

- Objetivo:

Ampliar a integração do país às cadeias globais de valor e aos fluxos de comércio internacional por meio da adoção de medidas para desburocratização, facilitação e modernização dos processos de comércio exterior brasileiro.

- Importância:

A burocracia alfandegária figura entre os três principais obstáculos ao aumento da participação de empresas e produtos de maior valor agregado no comércio global, bem como da competitividade das exportações brasileiras. As melhorias do ambiente interno de negócios, por meio da desburocratização, da facilitação e da modernização dos processos, são vitais para reduzir tempo e custos nas operações de exportação e importação e buscam estimular mudanças que elevem a competitividade.



- Balanço de 2020

O QUE AVANÇOU?	O QUE NÃO AVANÇOU OU RETROCEDEU?
<ul style="list-style-type: none">✓ <i>Portal Único: integração da fiscalização das importações de produtos vegetais do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (Mapa) ao Portal, possibilidade de registro de exportação consorciada, ampliação das funcionalidades no novo processo de importação, ampliação das possibilidades de utilização e harmonização da legislação do Drawback ao novo fluxo de exportações, emissão do Manifesto Internacional de Carga diretamente pelo sistema, mapeamento e definição dos atributos para o módulo catálogo de produtos.</i>✓ <i>Publicação do primeiro estudo dos tempos de liberação de mercadorias (Time Release Study).</i>✓ <i>Criação do Centro Nacional de Operadores Econômicos Autorizados (CeOEA).</i>✓ <i>Dispensa da apresentação física dos comprovantes para liberação das cargas e eliminação de licenças automáticas e não automáticas para algumas mercadorias.</i>✓ <i>Envio ao Congresso Nacional do Acordo de Facilitação de Comércio do Mercosul.</i>✓ <i>Entrada em vigor da Convenção de Quioto Revisada.</i>✓ <i>Publicação do Decreto nº 10.411/2020 para adoção da AIR por órgãos e agências.</i>	<p><i>Não avançou:</i></p> <ul style="list-style-type: none">✗ <i>Portal Único: novo processo de importação e Declaração Única de Importação (Duimp), novo controle de carga e trânsito para demais modais de transporte, integração dos demais órgãos prioritários (Agência Nacional de Vigilância Sanitária – Anvisa, Exército, Instituto Nacional de Metrologia, Qualidade e Tecnologia – Inmetro).</i>✗ <i>Coleta única de encargos, taxas e contribuições.</i>✗ <i>Implantação do mecanismo de consultas antecipadas pelos órgãos anuentes.</i>✗ <i>Aperfeiçoamento do gerenciamento de riscos pelos órgãos anuentes.</i>✗ <i>Revisão das desproporcionalidades e ilegalidades de taxas e encargos.</i> <p><i>Retrocedeu:</i></p> <ul style="list-style-type: none">✗ <i>Agenda regulatória de comércio exterior.</i>✗ <i>OEA-Integrado (Anvisa, Inmetro e Exército).</i>

Fonte: elaboração própria.

- Prioridades para 2021:

1. Portal Único de Comércio Exterior	<i>Defender a conclusão do novo módulo de importação e total e definitiva integração dos órgãos anuentes e seus respectivos controles e regulamentações para a plena implantação do Portal Único de Comércio Exterior.</i>	
2. Operador Econômico Autorizado	<i>Defender a plena integração dos órgãos anuentes e o avanço de negociações de acordos de reconhecimento mútuo do programa Operador Econômico Autorizado (OEA) com EUA e Argentina prioritariamente.</i>	
3. Gerenciamento de risco	<i>Monitorar e defender o aperfeiçoamento e a implantação de modelos de gerenciamento de riscos aduaneiros pelos principais órgãos anuentes do comércio exterior brasileiro.</i>	



4. Taxas, encargos e obrigações	<i>Defender a eliminação das incompatibilidades jurídicas com as normas nacionais e internacionais de taxas e encargos exigidos no comércio exterior brasileiro.</i>	
5. Coleta única	<i>Defender a implantação de um sistema de coleta única integrado para arrecadação de impostos, taxas, encargos e contribuições exigidos no comércio exterior brasileiro.</i>	
6. Consulta antecipada	<i>Defender a elaboração de normas e diretrizes comuns para regulação da consulta antecipada junto aos órgãos anuentes do comércio exterior brasileiro.</i>	
7. Comércio eletrônico	<i>Elaborar diagnóstico e proporcionar recomendações de políticas públicas voltadas à harmonização dos procedimentos aduaneiros e padrões de dados do comércio digital a fim de facilitar e reduzir custos para a indústria.</i>	
8. Coordenação entre órgãos de fronteira	<i>Estimular a adoção de medidas para a coordenação e o gerenciamento eficaz dos controles entre órgãos de fronteira.</i>	
9. Agenda e BPRs de comércio exterior	<i>Defender a adoção de BPRs pelos órgãos anuentes do comércio exterior brasileiro e a execução e ampliação da agenda regulatória de comércio exterior.</i>	
10. Acordos aduaneiros internacionais	<i>Elaborar levantamento sobre a rede de acordos de cooperação aduaneira do Brasil, propor recomendações e defender a internalização e adoção das convenções e acordos internacionais estabelecidos pela Organização Mundial de Aduanas (OMA) e o Mercosul.</i>	
11. Confac	<i>Representar e defender os interesses da indústria no âmbito do Confac da Camex, para implementar, com qualidade, as obrigações do AFC da OMC.</i>	

Fonte: elaboração própria.

>> LOGÍSTICA E INFRAESTRUTURA DO COMÉRCIO EXTERIOR

- Objetivo:

Aumentar a participação de empresas e produtos brasileiros de maior valor agregado no comércio global por meio da melhoria regulatória de temas de logística e infraestrutura do comércio exterior em seus diferentes modais.

- Importância:

Deficiências nas áreas de logística e infraestrutura figuram como um dos principais entraves para o melhor desempenho do comércio exterior brasileiro. Elevadas tarifas cobradas por portos e aeroportos são o problema mais crítico enfrentado pelas empresas brasileiras na hora de exportar. Os custos do transporte doméstico e internacional também constam entre os principais obstáculos.

A adoção de medidas e de políticas voltadas a coibir práticas e custos abusivos no transporte internacional de cargas impacta diretamente nos preços e na maior competitividade dos produtos exportados pelo Brasil.

- Balanço de 2020:

O QUE AVANÇOU?	O QUE NÃO AVANÇOU OU RETROCEDEU?
<ul style="list-style-type: none"> ✓ <i>Fim do acordo de reserva de carga Brasil-Chile.</i> ✓ <i>Consolidação do aperfeiçoamento na regulação e fiscalização das práticas dos usuários e armadores no transporte marítimo por meio da Resolução nº 18/2018 da Agência Nacional de Transportes Aquaviários (Antaq).</i> 	<p><i>Não avançou:</i></p> <ul style="list-style-type: none"> ✗ <i>Denúncia do acordo de reserva de carga Brasil-Argentina.</i> ✗ <i>Denúncia do acordo de reserva de carga Brasil-Uruguai.</i> ✗ <i>Harmonização e eliminação das incompatibilidades e/ou abusividades das tarifas cobradas por terminais portuários.</i> <p><i>Retrocedeu:</i></p> <ul style="list-style-type: none"> ✗ <i>Tentativa de eliminação da tarifa de escaneamento de contêineres.</i>

Fonte: elaboração própria.

- Prioridades para 2021:

1. Conselho de Usuários de Transporte Marítimo	<i>Implementar o Conselho de Usuários de Transporte Marítimo com vistas a conferir maior equilíbrio nas relações dos embarcadores com armadores e terminais portuários.</i>	
2. Port Community System	<i>Apoiar a estratégia de desenvolvimento e instalação de um Port Community System.</i>	
3. Tarifas cobradas por terminais portuários e administradoras de aeroportos	<i>Defender a atuação da Antaq para coibir abusividades na cobrança de tarifas exigidas por terminais portuários e armadores e a atuação da Agência Nacional de Aviação Civil (Anac) para coibir a cobrança de preços abusivos na prestação de serviços específicos pelos aeroportos no transporte aéreo de cargas.</i>	
4. Acordos de reserva de carga	<i>Defender a denúncia dos acordos de reserva de carga com Argentina e Uruguai.</i>	
5. Acordos de “Céus Abertos”	<i>Analisar os benefícios e impactos na ampliação das liberdades de transporte aéreo de cargas no contexto da pandemia com mercados estratégicos, tais como Alemanha, EUA, Argentina, etc.</i>	

Fonte: elaboração própria.



4.1.7 TRIBUTAÇÃO NO COMÉRCIO EXTERIOR

- Objetivo

Reduzir a carga tributária, simplificar a tributação sobre as operações de comércio exterior de bens e serviços, e assegurar a imunidade tributária das exportações para garantir isonomia e ampliar a competitividade dos produtos e serviços brasileiros no mercado internacional.

- Importância

A complexidade do sistema, a elevada carga tributária sobre o comércio exterior e a cumulatividade ao longo da cadeia produtiva geram aumento de custos para as empresas brasileiras, que acabam exportando os tributos embutidos no preço de seus produtos e serviços, reduzindo a competitividade do País nos mercados externos. Somado a isso, a ausência de políticas para desonerar as importações e aquisições de serviços industriais pela cadeia exportadora brasileira colabora para a tímida inserção do País nos fluxos de comércio internacional, que já há os serviços como um dos principais fatores de agregação de valor ao produto final.

- Balanço de 2020

O QUE AVANÇOU?	O QUE NÃO AVANÇOU OU RETROCEDEU?
<ul style="list-style-type: none"> ✓ <i>Prorrogação dos atos concessórios de Drawback, que já tenham sido prorrogados e que tenham vencimento em 2020, para o Drawback Suspensão e Isenção.</i> ✓ <i>Prorrogação dos prazos do Recof e Recof-Sped por um ano no caso de mercadorias admitidas nos regimes entre 1º/1/2019 e 31/12/2020 e redução do compromisso exportador em 50%.</i> ✓ <i>Modernização da portaria Drawback.</i> 	<p><i>Não avançou:</i></p> <ul style="list-style-type: none"> ✗ <i>Reforma Tributária.</i> ✗ <i>Aumento da alíquota do Reintegra.</i> ✗ <i>Utilização ampla dos créditos acumulados do Imposto sobre Operações Relativas à Circulação de Mercadorias e Prestação de Serviços de Transporte Interestadual e Intermunicipal e de Comunicação (ICMS) por exportadores.</i> ✗ <i>Eliminação dos custos de capatazia do valor aduaneiro.</i> ✗ <i>Isenção do Adicional ao Frete para Renovação da Marinha Mercante (AFRMM) no Drawback Isenção.</i> ✗ <i>Ampliação da isenção de ICMS nos regimes aduaneiros especiais de Drawback, Recof e Recof-Sped.</i> ✗ <i>Implementação do Drawback Contínuo.</i> ✗ <i>Extinção do IOF-Câmbio e da Contribuição de Intervenção no Domínio Econômico sobre Remessa ao Exterior (Cide-Remessas).</i> ✗ <i>Aprimoramento do conceito de exportações de serviços para não incidência indevida de Imposto sobre Serviços de Qualquer Natureza (ISSQN).</i> ✗ <i>Adequação das regras brasileiras de preços de transferência com as práticas internacionais.</i>

- Prioridades para 2021

<p>1. Reforma Tributária para o comércio exterior</p>	<p>Monitorar as discussões e avaliar os impactos das propostas da Reforma Tributária para o comércio exterior; e defender a desoneração das exportações, a eliminação da cumulatividade, a melhoria na compensação de créditos tributários federais e estaduais, e a manutenção dos regimes aduaneiros especiais de Drawback, Recof e Recof-Sped e Reintegra no período de transição.</p>	
<p>2. Reintegra</p>	<p>Defender a manutenção do Reintegra e a elevação da alíquota para 3% enquanto não houver Reforma Tributária que elimine os resíduos tributários nas exportações e durante um eventual período de transição.</p>	
<p>3. Desoneração do ICMS nas exportações</p>	<p>Defender a manutenção da desoneração do ICMS nas exportações; não apoiar propostas legislativas que visam à revogação da Lei Complementar (LC) nº 87/1996 (Lei Kandir); e defender a eliminação de limitações à utilização dos créditos acumulados de ICMS pelos exportadores.</p>	
<p>4. Capatazia</p>	<p>Defender a retirada do custo de descarga nacional da mercadoria (capatazia) da composição do valor aduaneiro na base de cálculo do Imposto de Importação (II).</p>	
<p>5. Regimes aduaneiros especiais: Drawback, Recof, Recof-Sped e ZPE</p>	<p>Apresentar e defender propostas de aperfeiçoamento dos regimes aduaneiros especiais, incluindo a implementação do Drawback Contínuo, a isenção do AFRMM em todas as modalidades de Drawback, a isenção do ICMS para o Drawback Isenção, Recof e Recof-Sped, e o aprimoramento da legislação que regula as Zonas de Processamento de Exportações (ZPEs).</p>	
<p>6. Tributação na importação de serviços</p>	<p>Defender a simplificação e redução da carga tributária na importação de serviços, com a extinção do IOF-Câmbio e da Cide-Remessas e o estabelecimento de novos critérios de dedutibilidade das despesas incorridas na importação de serviços que resultam em transferência de tecnologia; e defender a criação de regime para desonerar as importações e aquisições de serviços pelas cadeias exportadoras de bens industriais.</p>	
<p>7. Tributação na exportação de serviços</p>	<p>Defender o aprimoramento da definição de exportação de serviços para reduzir a insegurança jurídica e a tributação indevida de ISS nas exportações decorrente da discricionariedade na interpretação da legislação.</p>	
<p>8. Tributação da economia digital no comércio exterior</p>	<p>Analisar os impactos da tributação da economia digital no comércio exterior para o setor industrial; monitorar as discussões internacionais.</p>	
<p>9. Preços de transferência</p>	<p>Defender a alteração do arcabouço jurídico para padronização das regras de preços de transferências brasileiras às transferências da OCDE, assegurando o respeito às especificidades do sistema tributário e do setor industrial.</p>	



4.1.8 FINANCIAMENTO E GARANTIAS ÀS EXPORTAÇÕES

- Objetivo

Preservar, fortalecer e modernizar o sistema público de financiamento e garantias às exportações do Brasil para assegurar que as empresas brasileiras possam competir em condições de igualdade com seus concorrentes no comércio internacional.

- Importância

As empresas apoiadas por instrumentos públicos de financiamento chegam a exportar quase 15% a mais, ampliam seus mercados em até 70% e aumentam seu número de funcionários em até 10%. Programas similares são adotados em mais de 90 países e têm tido cada vez mais protagonismo na política comercial das principais economias.

- Balanço de 2020

O QUE AVANÇOU?	O QUE NÃO AVANÇOU OU RETROCEDEU?
<ul style="list-style-type: none"> ✓ <i>Instituição do Grupo de Trabalho com a participação do setor privado para reformar a estrutura e a legislação do sistema de crédito oficial à exportação.</i> 	<p><i>Não avançou:</i></p> <ul style="list-style-type: none"> ✗ <i>Aumento na frequência das reuniões do Cofig da Camex.</i> ✗ <i>Incremento das atividades do BNDES-Exim5.</i> <p><i>Retrocedeu:</i></p> <ul style="list-style-type: none"> ✗ <i>Redução do orçamento para o Proex. Equalização em R\$ 600 milhões em 2020.</i> ✗ <i>Inclusão da Agência Brasileira Gestora de Fundos Garantidores e Garantias (ABGF) no Plano Nacional de Desestatização (PND) com indicação de liquidação.</i>

Fonte: elaboração própria.

- Prioridades para 2021

1. Sensibilização do governo	<i>Defender a importância, para o setor privado, da preservação, do aprimoramento e fortalecimento dos instrumentos públicos de financiamento e garantias às exportações.</i>	
2. Governança do sistema público de financiamento e garantias às exportações	<i>Defender a incorporação das propostas prioritárias do setor privado, tais como segurança jurídica, tempestividade e condições para atração de instituições financeiras, no processo de reforma do sistema público de financiamento às exportações.</i>	



3. Instrumentos públicos de financiamento às exportações	<i>Defender a previsibilidade e regularidade nos recursos do Proex-Equalização e Proex-Financiamento disponibilizados ao longo do ano; defender as propostas prioritárias do setor privado para o aumento da eficácia do Proex, além da adoção de medidas para incrementar o financiamento do BNDES-Exim Pós-Embarque.</i>	
4. Instrumentos públicos de garantias às exportações	<i>Defender a revisão da decisão de liquidação da ABGF e a concentração de suas atividades no seguro de crédito à exportação; e defender as propostas sobre a gestão dos instrumentos de garantias às exportações.</i>	
5. Instrumentos privados de financiamento e garantias às exportações	<i>Defender as propostas prioritárias do setor privado que incluem a atração dessas entidades para o financiamento das exportações.</i>	
6. Arranjo de Créditos à Exportação da OCDE	<i>Defender a adesão do Brasil ao Arranjo sobre Diretrizes para Créditos Oficiais à Exportação da OCDE e fomentar a participação ativa do governo brasileiro no processo de revisão do acordo com objetivo de modernizar o sistema brasileiro e de assegurar uma competição em pé de igualdade entre empresas</i>	

Fonte: elaboração própria.

4.1.9 COMÉRCIO JUSTO

- Objetivo

Promover o cumprimento das regras da OMC que visam equilibrar as condições de concorrência no mercado internacional e combater o comércio desleal (práticas de *dumping* e subsídios) em defesa da indústria, da produção, dos investimentos e níveis de empregos no País.

- Importância

A garantia do comércio justo traz isonomia competitiva e resguarda a indústria doméstica da concorrência injusta advinda de práticas desleais que afetam, em alguns casos, a produção interna e, em outros, o acesso aos mercados de exportações brasileiras.



- Balanço de 2020

O QUE AVANÇOU?	O QUE NÃO AVANÇOU OU RETROCEDEU?
<ul style="list-style-type: none"> ✓ Encerramento do contencioso na OMC sobre China Economia de Mercado (DS 516), sem decisão do painel que obrigue ao reconhecimento automático. ✓ Celebração e entrada em vigor, com participação do Brasil e outros 19 membros da OMC, do Arranjo Provisório Plurilateral (MPIA, na sigla em inglês). ✓ Proposta do Brasil e dos Estados Unidos na OMC sobre práticas não de mercado. ✓ Abertura de investigação de antidumping utilizando a habilitação para indústrias fragmentadas. ✓ Comunicação direta ao setor empresarial pelo MRE e Ministério da Economia respeito da abertura de investigações de defesa comercial iniciadas em terceiros países contra as exportações brasileiras. ✓ Prorrogação do prazo para resposta à consulta pública instituída pela Circular Secex nº 29/2020. ✓ Publicação da Portaria nº 13/2020, que disciplina as avaliações de interesse público em investigações de defesa comercial com a previsão de procedimento célere para suspensão de medida de defesa comercial nos casos de interrupção na produção doméstica. ✓ Publicação da versão definitiva do Guia Processual e do Guia Material de Avaliação de Interesse Público. ✓ Não adoção de normas que dificultam processos de revisão de medidas antidumping, como, por exemplo, previsão de alíquota fixa para redução de antidumping (Consulta Pública – Circular Secex 29/2020). 	<p>Não avançou:</p> <ul style="list-style-type: none"> ✓ Paralisação do órgão de apelação do Mecanismo de Solução de Controvérsias da OMC. ✓ Adesão ao MPIA dos membros da OMC com os quais o Brasil possui contenciosos (Índia, Indonésia, Tailândia, EUA e Filipinas). ✓ Regulamentação do roteiro e da petição para as investigações antidumping para indústrias fragmentadas. ✓ Publicação do novo decreto de subsídios e medidas compensatórias. ✓ Publicação do novo decreto de salvaguardas. ✓ Não publicação do regimento do Comitê de Defesa Comercial e Interesse Público (CDCIP) da Camex. <p>Retrocedeu:</p> <ul style="list-style-type: none"> ✓ Abertura automática de avaliação de interesse público para investigações originais de defesa comercial. ✓ Inclusão da possibilidade de produtores estrangeiros solicitarem avaliação de interesse público para medidas de defesa comercial em processo de revisão. ✓ Inclusão de critérios preponderantes questionáveis para análise de interesse público, tais como: a duração da medida; o produto objeto da medida de defesa comercial ser um insumo; e a existência de avaliação prévia de interesse público. ✓ Propostas de alteração dos procedimentos de revisão de medidas de defesa que extrapolam as obrigações da OMC e concedem benefícios unilaterais para os exportadores estrangeiros e estabelecem um critério arbitrário de redução das margens vigentes. ✓ Revogação do licenciamento automático para produtos gravados com medidas de defesa comercial.



- Prioridades para 2021

1. Institucionalidade do sistema de defesa comercial	<i>Defender a importância, para o setor privado, do fortalecimento do sistema de defesa comercial do Brasil, com mais previsibilidade, segurança jurídica e combate eficaz ao comércio desleal; defender o alinhamento das práticas de defesa comercial com as grandes economias mundiais, como UE e EUA, e com as regras multilaterais de comércio negociadas; e defender a publicação de uma análise comparativa, pela Camex da política de investigação e aplicação de medidas antidumping e avaliação de interesse público dos principais países industrializados.</i>	
2. Segurança jurídica nas análises de interesse público	<i>Defender o ajuste na legislação vigente para avaliação de interesse público em investigações de defesa comercial, para que o instrumento seja preservado, mas de modo excepcional e não automático; e defender a revogação da possibilidade de pedido de abertura de avaliação de interesse público por governos estrangeiros e da existência de “critérios preponderantes” da avaliação de interesse público, para que prevaleça estritamente a análise de impacto econômico.</i>	
3. Apoio aos exportadores brasileiros	<i>Enviar alertas aos setores afetados sobre aberturas e andamentos de investigações de defesa comercial no exterior contra as exportações brasileiras; defender a existência de convênios de cooperação entre a Subsecretaria de Defesa Comercial (SDCOM) do Ministério da Economia, do MRE, da RFB e dos órgãos relevantes de apoio ao exportador nos âmbitos federal e estaduais; defender a institucionalização da prática de comunicação direta entre os postos diplomáticos no exterior e a SDCOM para casos de defesa comercial; e propor a mudança do Código Tributário Nacional (CTN) para dar flexibilidade ao fornecimento de informações confidenciais no âmbito de investigações de defesa comercial no exterior.</i>	
4. Concorrência	<i>Analisar a relação entre defesa comercial e defesa da concorrência, para trazer propostas que preservem juridicamente cada uma das áreas de política pública, promovendo a intersecção em casos necessários.</i>	
5. Antidumping para indústrias fragmentadas	<i>Defender a publicação de novo roteiro para setores fragmentados, admitindo a utilização de dados secundários e outras flexibilidades na petição inicial de investigação de defesa comercial.</i>	
6. Subsídios e medidas compensatórias	<i>Sensibilizar o setor privado e o governo brasileiro sobre a importância de compreender subsídios que afetam a indústria e podem ser alvo de medidas compensatórias; defender a publicação e a entrada em vigor do novo decreto de subsídios e medidas compensatórias, contendo os principais pontos apresentados pela indústria, sobretudo a adequação da definição de subsídios, a previsão de adoção de metodologias alternativas em casos de condições anormais de comércio e a mudança da definição da indústria doméstica; defender a publicação, pela Camex, de um monitoramento dos principais subsídios concedidos pelos principais parceiros comerciais do Brasil e que, potencialmente, alteram as condições de concorrência com o setor produtivo brasileiro de modo desleal.</i>	



7. Economias não predominantemente de mercado	<i>Defender a implementação do documento celebrado pelo Brasil em conjunto com os Estados Unidos para o combate de práticas não de mercado; defender a manutenção da metodologia da inversão do ônus da prova em investigações de dumping; acompanhar a legislação brasileira referente ao tema; analisar o funcionamento de outras economias não de mercado e defender que o Brasil não celebre acordos de livre comércio ou reconheça automaticamente países que apresentam grandes distorções econômicas decorrentes de interferências estatais.</i>	
8. Salvaguardas globais e preferenciais	<i>Defender a publicação e a entrada em vigor do novo decreto de salvaguardas, contendo os principais pontos apresentados pela indústria, sobretudo a definição da indústria doméstica, flexibilidade para indústrias fragmentadas, flexibilidade para apresentação de informações complementares e exigência de motivação em determinações negativas; defender a publicação de uma portaria com os procedimentos específicos para análise célere de salvaguardas preferenciais, estabelecendo prazos, requisitos e informações a serem apresentadas pela indústria doméstica petionária.</i>	
9. Contenciosos na OMC	<i>Defender o desbloqueio do órgão de apelação; defender a adesão ao Multi-Party Interim Appeal Arbitration - MPIA de países com os quais o Brasil possui contenciosos e que estão fora (Índia, Indonésia, Tailândia, EUA e Filipinas); acompanhar e comunicar ao setor privado os desdobramentos dos casos em que o Brasil é parte demandante ou demandada; e monitorar casos com potenciais efeitos para a indústria.</i>	
10. Guerra comercial	<i>Acompanhar, avaliar e notificar impactos para o setor privado brasileiro da evolução da guerra comercial entre Estados Unidos e China; e acompanhar a implementação das fases do Acordo Econômico e de Comércio celebrado entre os Estados Unidos e a China.</i>	
11. Tribunal do Mercosul	<i>Elaborar, apresentar e defender uma proposta de melhoria do sistema de solução de controvérsias no âmbito do Mercosul; e defender os possíveis casos no tribunal para garantir o livre comércio no Mercosul.</i>	



4.2 SERVIÇOS DE APOIO À INTERNACIONALIZAÇÃO

4.2.1 GOVERNANÇA PARA SERVIÇOS

- Objetivo

Aprimorar a governança entre instituições públicas e privadas na prestação de serviços de apoio à internacionalização de empresas brasileiras, para tornar o portfólio ofertado mais harmônico, eficiente e eficaz. Ademais, manter e ampliar a oferta de serviços pela CNI por meio de parcerias com outras organizações nacionais e internacionais, de forma harmonizada e sem sobreposição de atuação.

- Importância

A internacionalização é uma estratégia desafiadora para os micros, pequenos e médios negócios. Para apoiá-los a percorrer esse caminho e impulsioná-los ao mercado internacional, diversas instituições públicas e privadas no Brasil oferecem diferentes serviços de apoio à internacionalização. A grande variedade de serviços ofertados pode tornar-se mais um entrave para as empresas brasileiras identificarem, de forma clara, quais são as soluções mais eficazes para seu negócio.

- Balanço de 2020

O QUE AVANÇOU?	O QUE NÃO AVANÇOU OU RETROCEDEU?
<ul style="list-style-type: none">✓ <i>Implementação da metodologia da Rota Global em 18 estados por meio do Plano Nacional da Cultura Exportadora (PNCE).</i>✓ <i>Execução da parceria entre a Apex-Brasil e a CNI para serviços de promoção de negócios (cinco ações).</i>✓ <i>Execução da parceria entre o Sebrae e a CNI para capacitação empresarial e ações de prospecção de mercados (20 ações).</i>✓ <i>Aproximação da CNI e da Confederação Nacional da Agricultura (CNA) na execução de ações conjuntas para internacionalização de empresas, por meio da metodologia Rota Global 5 ações.</i>✓ <i>Identificação de novos parceiros para cooperar na prestação de serviços de apoio à internacionalização das empresas brasileiras e na melhoria da governança para esses serviços, como a aproximação da CNI e associações setoriais, por exemplo.</i>	<ul style="list-style-type: none">✗ <i>Automatização do plano de internacionalização e da matriz de serviços da metodologia da Rota Global.</i>✗ <i>Incorporação da metodologia Rota Global ao Programa de Qualificação para Exportação (Peiex), executado pela Apex-Brasil.</i>



- Prioridades para 2021

1. Rota Global	<i>Defender e apoiar a implementação da metodologia Rota Global nacionalmente, por meio do PNCE; apoiar a construção do Global Trade Hub; apoiar a governança de execução do PNCE.</i>	
2. Parceria com o Sebrae	<i>Executar a parceria entre o Sebrae e a CNI para capacitação empresarial e ações de prospecção de mercados.</i>	
3. Parceria com a Apex-Brasil	<i>Executar a parceria entre a Apex-Brasil e a CNI para promoção de negócios.</i>	
4. Outras parcerias	<i>Identificar outros parceiros, nacionais e internacionais, para cooperar na prestação de serviços de apoio à internacionalização das empresas brasileiras e na melhoria da governança para esses serviços.</i>	
5. Desenvolvimento de Canais	<i>Identificar e desenvolver novos canais para comercialização dos serviços de apoio à internacionalização ofertados pela CNI.</i>	

Fonte: elaboração própria.

4.2.2 REGULAÇÃO DE SERVIÇOS

- Objetivo

Promover o aperfeiçoamento contínuo de normas, práticas e sistemas dos serviços de apoio à internacionalização de empresas que são regulados pelo governo brasileiro.

- Importância

A simplificação e a desburocratização do comércio exterior são prioridades para a indústria. A atuação da CNI, juntamente com o governo brasileiro, para regulação e harmonização dos serviços de apoio a internacionalização é essencial, principalmente para aqueles serviços relacionados à emissão de documentos aduaneiros.



- Balanço de 2020

O QUE AVANÇOU?	O QUE NÃO AVANÇOU OU RETROCEDEU?
<ul style="list-style-type: none">✓ Finalização do projeto-piloto e início das emissões de certificados de origem digitais para o Paraguai no âmbito do ACE 18.✓ Disponibilização para as Secretarias de Estado da Fazenda do sistema de controle de ATA Carnet e dispensa da apresentação da GLME na importação ou reimportação dos bens, assim como nota fiscal para transitar os bens pelos estados brasileiros, conforme previsão do Ajuste Sistema Nacional Integrado de Informações Econômico-Fiscais - Sinief nº 24/2019.✓ Utilização mandatória pelos auditores fiscais da RFB do sistema de controle de ATA Carnet, conforme Portaria nº 48/2019.✓ Ajuste do processo de apresentação à aduana brasileira do ATA Carnet por representantes legais, que, por meio de procuração simples, em via original assinada pelo titular, já podem atuar com representantes do ATA.	<ul style="list-style-type: none">✗ Início do projeto-piloto para emissão de certificados de origem digitais para Colômbia e Chile.✗ Regulação da emissão do certificado de livre venda no Brasil.✗ Adesão do Brasil a novos anexos da Convenção de Istambul.✗ Análise de boas práticas internacionais da operação do ATA Carnet, para possível adoção dessas pela CNI e RFB.✗ Construção e defesa de propostas para aprimoramento do Sistema de Registro de Informações de Promoção (Sisprom).

- Prioridades para 2021

1. Certificado de Origem Digital	<p>Defender a utilização exclusiva da assinatura eletrônica de Certificado de Origem Digital (CODs) para o Paraguai e o início de novos projetos-piloto para troca de CODs com Colômbia, Chile; defender a normatização para entrada em vigência e operacionalização de novos acordos e protocolos; defender a efetiva fiscalização das entidades brasileiras emissoras de Certificados de Origem e seguir monitorando as negociações do capítulo sobre regime de origem dos acordos comerciais do Brasil e do Mercosul.</p>	
2. Carnê de Admissão Temporária	<p>Defender a simplificação e a harmonização dos procedimentos para operações amparadas pelo ATA Carnet; disponibilizar a plataforma eletrônica para registro e controle das admissões e exportações temporárias analisadas pela RFB e Secretarias de Fazenda dos estados; defender a harmonização pelo Conselho Nacional de Política Fazendária - Confaz de procedimentos para cobrança dos impostos estaduais; incentivar a adesão de novos países latino-americanos à Rede ATA; defender a incorporação de novos anexos da Convenção de Istambul para aceitação no Brasil; defender a inexigibilidade de licenciamento e procedimentos específicos para as operações de admissão temporária e exportação temporária amparadas pelo ATA Carnet; defender a participação da RFB no projeto e-ATA.</p>	

**3. Sisprom**

Elaborar e defender as propostas para aprimoramento do Sistema de Registro de Informações de Promoção (Sisprom).

**4. CLV**

Defender a harmonização gráfica, conceitual e de procedimentos necessários para emissão do documento no Brasil; defender a publicação de lista oficial de entidades autorizadas a emitir o documento no País.

4.2.3 OFERTA DE SERVIÇOS

- Objetivo

Ofertar um portfólio de serviços diversificados, eficientes e pertinentes que atendam a empresas em diferentes estágios de internacionalização, desde a preparação estratégica, prospecção de mercados, negociação comercial e elaboração de documentos para exportação.

- Importância

Empresas em processo de internacionalização demandam distintos serviços que possam promover a qualificação do negócio, a identificação de mercados e clientes, o acesso facilitado a mercados internacionais e a adaptação de produtos com as exigências dos mercados-alvo. Para isso, a CNI tem um portfólio variado de serviços que apoia as empresas brasileiras no processo de internacionalização. O atendimento da CNI pode ser realizado em três formas: direto; por meio das Federações de indústria; e em parcerias com instituições públicas e privadas. Esses serviços são ofertados com cofinanciamento dos parceiros ou com investimento pelas empresas participantes.

- Balanço de 2020

O QUE AVANÇOU?	O QUE NÃO AVANÇOU OU RETROCEDEU?
<ul style="list-style-type: none"> ✓ Realização de 116.813 atendimentos pela CNI e Federações das Indústrias via Rede CIN. ✓ Atendimento a 4.150 empresas diretamente pela CNI. ✓ US\$ 29,8 milhões em novos negócios, em nove ações de promoção de negócios. ✓ Crescimento de 13% na emissão de CODs em relação a 2019. ✓ Lançamento de três novos cursos em formato EAD. ✓ 20 webinars realizados em formato virtual em decorrência da crise sanitária. 	<ul style="list-style-type: none"> * Redução de 60% na emissão de ATA Carnet em relação a 2019.



- Prioridades para 2021

1. Sistemas para emissão de COD	<i>Manter o sistema seguro e ágil para emissão de certificados para exportação, que garanta o cumprimento das normas nacionais e internacionais; e garantir a manutenção e a melhoria contínua do sistema.</i>
2. Sistemas para emissão de ATA Carnet	<i>Manter o sistema seguro e ágil para emissão de ATA Carnet, que garanta o cumprimento das normas nacionais e internacionais; e garantir a manutenção e melhoria contínua do sistema.</i>
3. Capacitação empresarial	<i>Consolidar competências e qualificação de empresas brasileiras, sejam iniciantes ou internacionalizadas, em temas de maior impacto para sua inserção internacional, por meio de cursos presenciais ou a distância.</i>
4. Inteligência comercial	<i>Desenvolver cartilhas práticas sobre temas de comércio exterior que possam contribuir para atuação das empresas brasileiras no mercado internacional.</i>
5. Promoção de negócios	<i>Promover os negócios das empresas brasileiras por meio de missões prospectivas, comerciais, encontros de negócios, virtuais e presenciais, realizados no Brasil e no exterior.</i>

4.3 AÇÕES EM MERCADOS ESTRATÉGICOS

4.3.1 MERCADOS PRIORITÁRIOS

- Objetivo:

Formular a agenda do setor privado para os mercados prioritários para a indústria brasileira e defender seus interesses junto aos governos e setores privados, com o objetivo de promover melhorias no ambiente de negócios e ampliar o fluxo de comércio e investimentos.

- Importância:

A priorização técnica dos mercados é necessária para embasar a defesa de interesses nos países mais relevantes para a indústria brasileira. São considerados mercados prioritários os países classificados nas 10 primeiras posições do Índice de Mercados Estratégicos da CNI⁶: Estados Unidos, China, Alemanha, Japão, Argentina, Reino Unido, México, Coreia do Sul, Canadá e Índia. O Brics também é considerado prioritário por causa da relevância do bloco no contexto dos diálogos empresariais secretariados pela CNI.

⁶ O Índice de Mercados Estratégicos da CNI é um indicador composto por três fatores: fluxo de comércio internacional, fluxo de investimento internacional e fluxo de comércio internacional de bens manufaturados.



- Balanço de 2020

O QUE AVANÇOU?	O QUE NÃO AVANÇOU OU RETROCEDEU?
<ul style="list-style-type: none"> ✓ <i>Entrada em vigor do Acordo de Salvaguardas Tecnológicas entre Brasil e Estados Unidos.</i> ✓ <i>Entrada em vigor da segunda etapa do projeto-piloto sobre a participação do Brasil no programa Global Entry dos Estados Unidos.</i> ✓ <i>Conclusão do Acordo Previdenciário com a Índia.</i> ✓ <i>Conclusão do ACFI com a Índia.</i> ✓ <i>Assinatura do Acordo de Compartilhamento de Exames de Patentes (Patent Prosecution Highway - PPH) entre o Brasil e a Coreia do Sul.</i> ✓ <i>Aprovação, pelo Congresso Nacional, do acordo sede do Novo Banco de Desenvolvimento (NDB) no Brasil.</i> 	<p>Não avançou:</p> <ul style="list-style-type: none"> ✗ <i>Lançamento de diálogo exploratório para um ALC Mercosul-Japão.</i> ✗ <i>Início de negociações para a celebração de ADTs com Alemanha, Estados Unidos e Reino Unido.</i> ✗ <i>Isenção de vistos de curta duração para negócios entre o Brasil e a Índia.</i>

- Prioridades para 2021

1. Estados Unidos	<p><i>Defender a internalização do “pacote comercial”; defender a conclusão do ARM de OEA; monitorar a concretização do apoio americano à acessão do Brasil à OCDE e a implementação do Global Entry; defender a retirada do Brasil da lista de atenção do relatório anual sobre propriedade intelectual (Special 301); monitorar e defender a aprovação do PL nº 2.963/2019 sobre compras de terras por estrangeiros; defender a ampliação das liberdades do Acordo de Serviços Aéreos; a remoção de barreiras às exportações brasileiras e o aprofundamento da cooperação regulatória.</i></p>	
2. China	<p><i>Defender garantias de condições equânimes de concorrência com a China e a remoção de barreiras às exportações e aos investimentos brasileiros.</i></p>	
3. Alemanha	<p><i>Defender o lançamento de negociações para um ADT; monitorar e influenciar o apoio público e privado alemão para a internalização do ALC Mercosul-UE; influenciar o apoio da Alemanha à acessão do Brasil à OCDE; monitorar e defender a aprovação do PL nº 2.963/2019 sobre compras de terras por estrangeiros.</i></p>	
4. Japão	<p><i>Influenciar o apoio do Japão à acessão do Brasil à OCDE; defender a remoção de barreiras às exportações brasileiras; e defender o avanço das tratativas de um acordo de livre comércio.</i></p>	



5. Argentina	<i>Defender a denúncia do acordo de reserva de carga, o aprofundamento da cooperação regulatória e a remoção de barreiras às exportações brasileiras; defender a internalização do Acordo sobre Facilitação do Comércio e do Protocolo de Contratações Públicas do Mercosul.</i>	
6. Reino Unido	<i>Defender o lançamento de negociações para um acordo de livre comércio Mercosul-Reino Unido; defender o lançamento de negociações para um ADT e de um ARM de OEA; influenciar o apoio público e privado do Reino Unido à acessão do Brasil à OCDE.</i>	
7. México	<i>Defender a conclusão de um ALC ou de um acordo parcial, o mais amplo possível, na cobertura de bens; defender a negociação de um acordo previdenciário; influenciar o apoio do México à acessão do Brasil à OCDE.</i>	
8. Coreia do Sul	<i>Influenciar o apoio da Coreia do Sul à acessão do Brasil à OCDE.</i>	
9. Canadá	<i>Defender a conclusão das negociações para um ALC Mercosul-Canadá e influenciar o apoio público e privado do Canadá à acessão do Brasil à OCDE.</i>	
10. Índia	<i>Monitorar a internalização do ACFI e do Acordo Previdenciário.</i>	
11. Brics	<i>Defender o diálogo sobre biotecnologia moderna entre órgãos reguladores e monitorar a promulgação do acordo sede do NDB no Brasil.</i>	

4.4 COOPERAÇÃO INTERNACIONAL

4.4.1 DESENVOLVIMENTO DE COMPETÊNCIAS LOCAIS

- Objetivo:

Prover os serviços de educação profissional e tecnológica, a promoção da inovação e a transferência de tecnologias industriais, contribuindo para elevar a competitividade da indústria brasileira com operação no exterior.

- Importância:

A atuação internacional da empresa brasileira melhora a imagem do País no exterior, contribuindo para a consolidação da marca Brasil, incorpora novas tecnologias e processos ao



parque industrial brasileiro, desenvolve quadros internos com habilidades multiculturais, contribuindo para a construção de profissionais do futuro, e aumenta a competitividade da nossa indústria diante de concorrentes internacionais.

- Balanço de 2020:

O QUE AVANÇOU NO TEMA?

O QUE NÃO AVANÇOU OU RETROCEDEU?

- ✓ *Disseminação de serviços de educação profissional e tecnológica para a inovação e a transferência de tecnologias industriais para associações setoriais e empresas brasileiras com operação no exterior e para empresas estrangeiras com operação no Brasil.*

- Prioridades para 2021:

1. Cooperação internacional

Defender o estabelecimento de acordos bilaterais e de projetos de cooperação na área à Pesquisa, Desenvolvimento e Inovação (P&D&I) e educação profissional.

2. Subvenções para promoção da educação para o trabalho

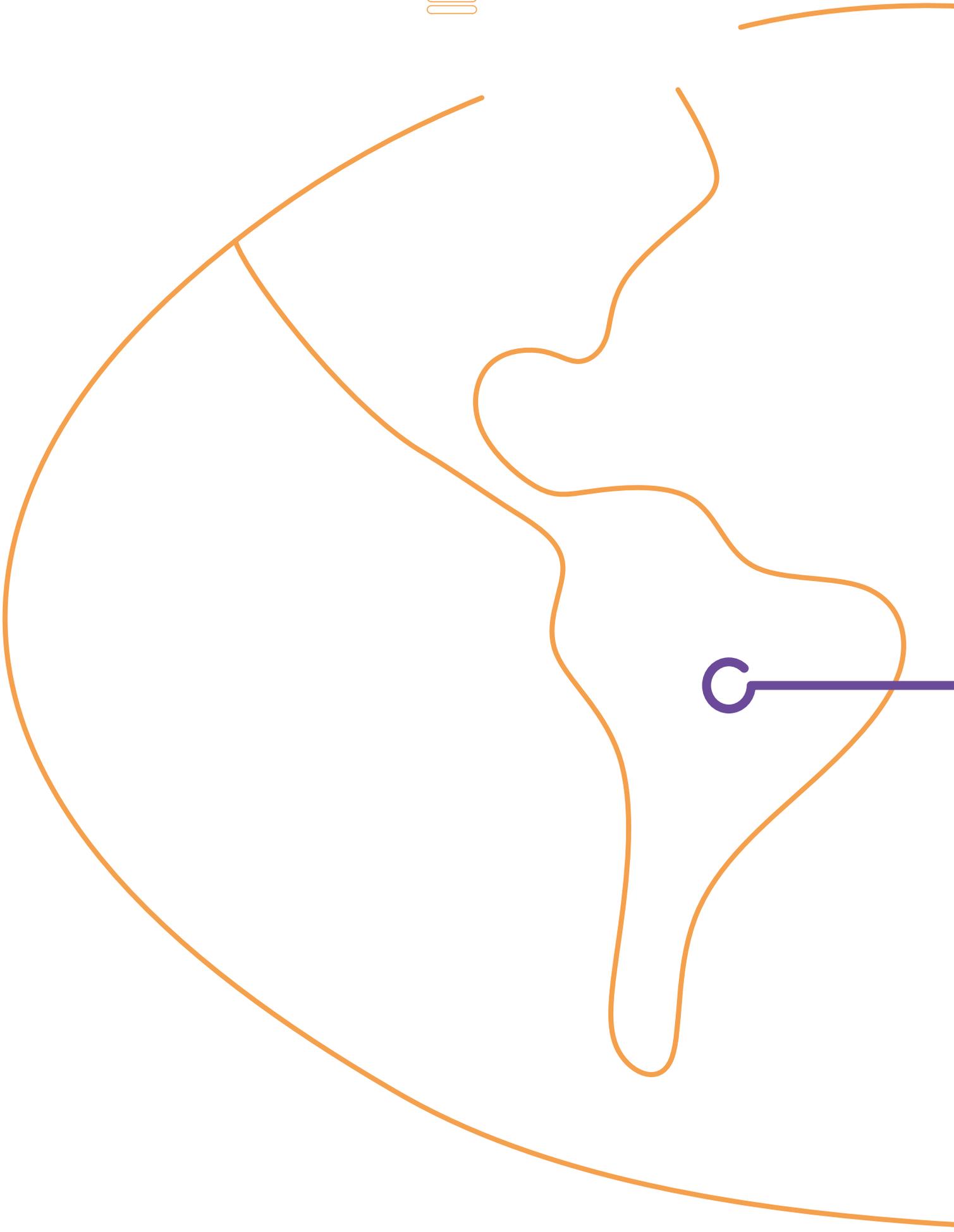
Defender a captação de recursos e investimentos estrangeiros voltados à P&D&I e educação profissional no Brasil; coordenar iniciativas de promoção e interlocução intergovernamental, mobilizando governos, academia e indústrias para a identificação de melhores práticas nos temas afetos à P&D&I e à educação profissional.

3. Apoio às transnacionais brasileiras

Apoiar as empresas brasileiras com operação no exterior no cumprimento de contratos compensatórios afetos à educação profissional e tecnológica, à saúde e segurança do trabalhador e à pesquisa aplicada; apoiar a constituição de centros de competências junto a empresas e instituições de formação profissional capazes de realizar a transferência reversa de tecnologias (otimização dos contratos offset).

4. Conhecimento para a competitividade

Defender a promoção do crescimento sustentável do País a partir do aprimoramento das capacidades nacionais; apoiar a internacionalização de centros de tecnologia e universidades de forma a atrair profissionais e estudantes de outros países e ampliar suas conexões no exterior; defender o acesso de instituições brasileiras a centros de excelência técnica e tecnológica no exterior.

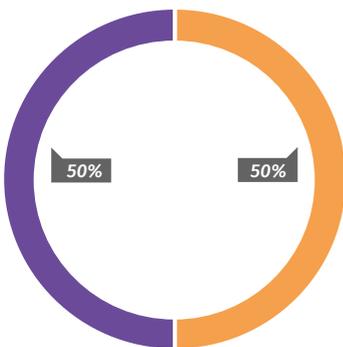




5 PRESTAÇÃO DE CONTAS DE 2020 69

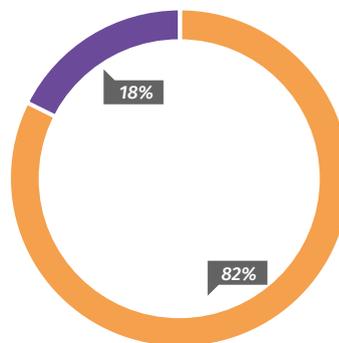
A **Agenda Internacional da Indústria 2020** contou com 109 ações, distribuídas em quatro eixos de atuação: defesa de interesses em política comercial; serviços de apoio à internacionalização; ações em mercados estratégicos; e cooperação internacional. Essas ações foram classificadas em três categorias, conforme seu grau de execução: realizadas, parcialmente realizadas e não realizadas. A prestação de contas detalhada está nas tabelas a seguir.

DEFESA DE INTERESSES EM POLÍTICA COMERCIAL

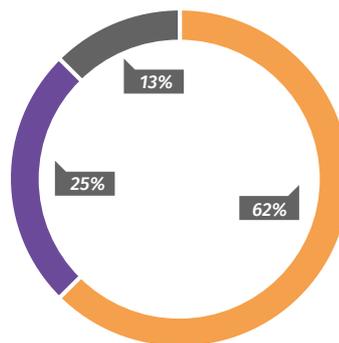
GOVERNANÇA DO COMÉRCIO EXTERIOR	STATUS	
1 <i>Estratégia Nacional de Comércio Exterior</i>	Parcialmente realizado	
2 <i>Câmara de Comércio Exterior</i>	Realizado	



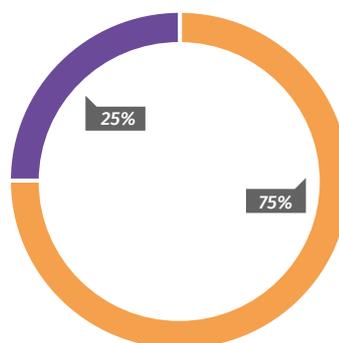
ACORDOS COMERCIAIS		STATUS
1	Estados Unidos	Realizado
2	Europa	Realizado
3	México	Parcialmente realizado
4	Mercosul	Realizado
5	América do Sul	Realizado
6	Outras negociações em andamento	Realizado
7	Novas negociações	Realizado
8	Ampliação de acordos extrarregionais	Realizado
9	Tarifa Externa Comum	Realizado
10	Mecanismos de alteração tarifária	Realizado
11	Programa de ajuste	Realizado
12	OMC	Realizado
13	OCDE	Realizado
14	ONU	Parcialmente realizado
15	G20	Realizado
16	Internalização de acordos	Parcialmente realizado
17	Transparência	Realizado



BARREIRAS EM TERCEIROS MERCADOS		STATUS
1	Sensibilização do setor privado	Parcialmente realizado
2	Qualificação de barreiras	Realizado
3	SEM barreiras	Realizado
4	Cooperação regulatória	Realizado
5	Mecanismos governamentais bilaterais	Parcialmente realizado
6	Comitês da OMC	Realizado
7	Novas barreiras	Realizado
8	Adidos de Economia	Não realizado



INVESTIMENTOS BRASILEIROS NO EXTERIOR		STATUS
1	Lei de Lucros no Exterior	Realizado
2	Lei de Expatriados	Realizado
3	Preços de Transferência	Realizado
4	IOF nos investimentos	Parcialmente realizado
5	Acordos para Evitar a Dupla Tributação	Realizado
6	Acordos Previdenciários	Parcialmente realizado
7	Acordos de Cooperação e Facilitação de Investimentos	Realizado
8	Acordo de vistos	Parcialmente realizado
9	Garantias aos investimentos	Realizado
10	Sensibilização do governo	Realizado
11	Coninv	Realizado
12	Código de conduta	Realizado

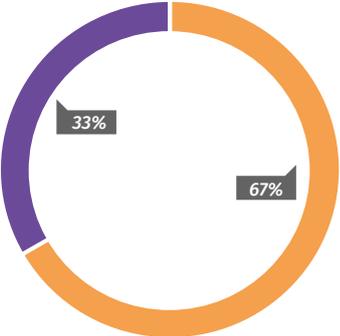




FACILITAÇÃO E DESBUROCRATIZAÇÃO DO COMÉRCIO EXTERIOR		STATUS	
1	Portal único de Comércio Exterior	Realizado	
2	Operador Econômico Autorizado	Realizado	
3	Gerenciamento de risco	Realizado	
4	Taxas, encargos e obrigações	Realizado	
5	Consulta antecipada	Parcialmente realizado	
6	Comércio eletrônico	Não realizado	
7	Coordenação entre órgãos de fronteira	Parcialmente realizado	
8	Boas práticas regulatórias no comércio exterior	Realizado	
9	Acordos internacionais	Realizado	
10	Confac	Realizado	
LOGÍSTICA E INFRAESTRUTURA DO COMÉRCIO EXTERIOR		STATUS	
1	Conselho de usuários de transporte marítimo	Realizado	
2	Tarifas cobradas por terminais portuários e armadores	Parcialmente realizado	
3	Acordos de reserva de cargas	Realizado	
4	Custos aeroportuários	Parcialmente realizado	
5	Acordos de "Céus Abertos"	Não realizado	
6	Integração dos controles de carga e trânsito	Realizado	
TRIBUTAÇÃO NO COMÉRCIO EXTERIOR		STATUS	
1	Reforma tributária para o comércio exterior	Realizado	
2	Reintegra	Realizado	
3	Compensação de créditos tributários estaduais	Parcialmente realizado	
4	Capatazia	Realizado	
5	Regimes aduaneiros especiais: Drawback, Recof, Recof-Sped e ZPE	Realizado	
6	Tributação na importação de serviços	Realizado	
7	Tributação na exportação de serviços	Realizado	
8	Tributação na economia digital do comércio exterior	Realizado	
9	Preço de Transferência	Realizado	
FINANCIAMENTO E GARANTIAS ÀS EXPORTAÇÕES		STATUS	
1	Sensibilização do governo	Realizado	
2	Governança do sistema público de financiamento e garantia às exportações	Realizado	
3	Instrumentos públicos de financiamento às exportações	Realizado	
4	Instrumentos públicos de garantia às exportações	Realizado	
5	Instrumentos privados de financiamento e garantias às exportações	Realizado	
6	Arranjo de créditos à Exportação da OCDE	Realizado	

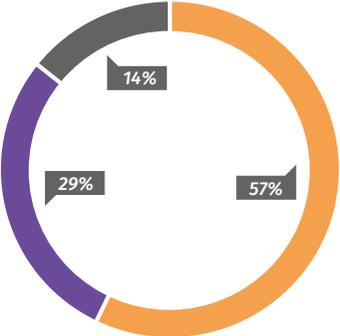


COMÉRCIO JUSTO		STATUS
1	<i>Segurança jurídica nas análises de interesse público</i>	Realizado
2	<i>Apoio aos exportadores brasileiros</i>	Realizado
3	<i>Antidumping para indústrias fragmentadas</i>	Parcialmente realizado
4	<i>Subsídios e medidas compensatórias</i>	Realizado
5	<i>Economias não predominantemente de mercado</i>	Realizado
6	<i>Salvaguardas</i>	Realizado
7	<i>Contenciosos na OMC</i>	Realizado
8	<i>Guerra comercial</i>	Parcialmente realizado
9	<i>Tribunal do Mercosul</i>	Parcialmente realizado

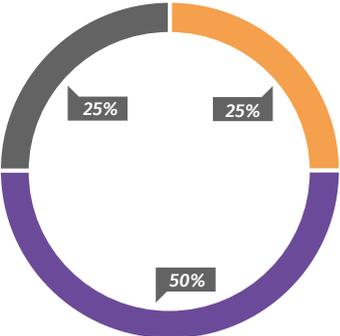


SERVIÇOS DE APOIO À INTERNACIONALIZAÇÃO

GOVERNANÇA PARA SERVIÇOS		STATUS
1	<i>Rota Global</i>	Parcialmente realizado
2	<i>Comitê Nacional de Promoção Comercial</i>	Realizado
3	<i>Parceria com a APEX Brasil</i>	Parcialmente realizado
4	<i>Parceria com o Sebrae</i>	Realizado
5	<i>Parceria com a CNA</i>	Realizado
6	<i>Parceria para a adequação de embalagens para a exportação</i>	Não realizado
7	<i>Outras parcerias</i>	Realizado



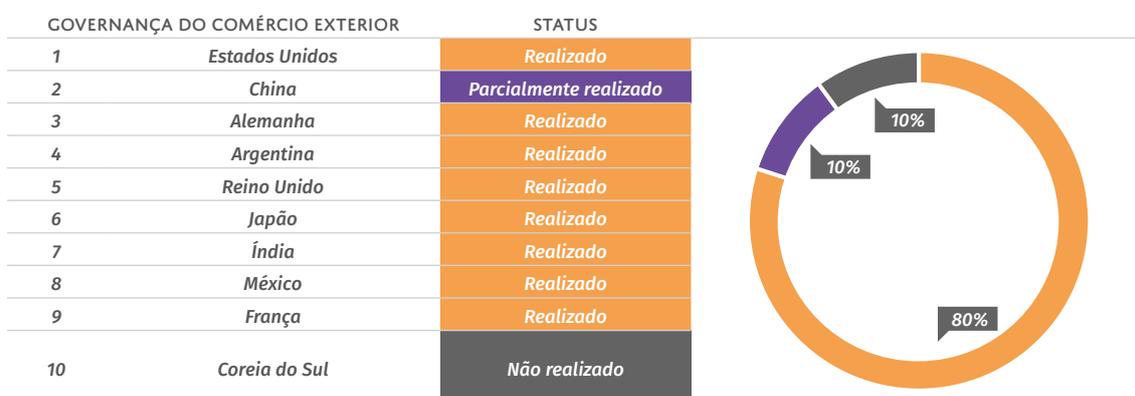
REGULAÇÃO DE SERVIÇOS		STATUS
1	<i>Certificação de Origem Digital</i>	Realizado
2	<i>Carnê de Admissão Temporária</i>	Parcialmente realizado
3	<i>Certificado de Livre Venda</i>	Parcialmente realizado
4	<i>Sisprom</i>	Não realizado



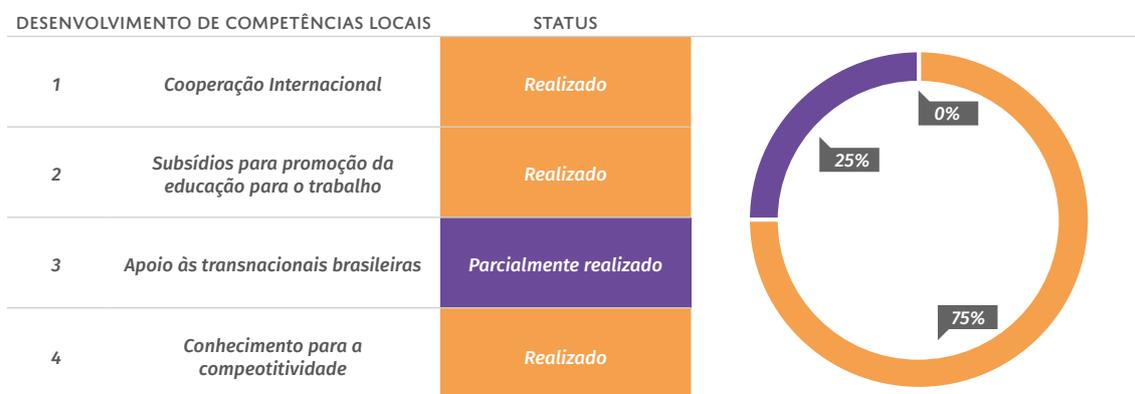
OFERTA DE SERVIÇOS		STATUS
--------------------	--	--------

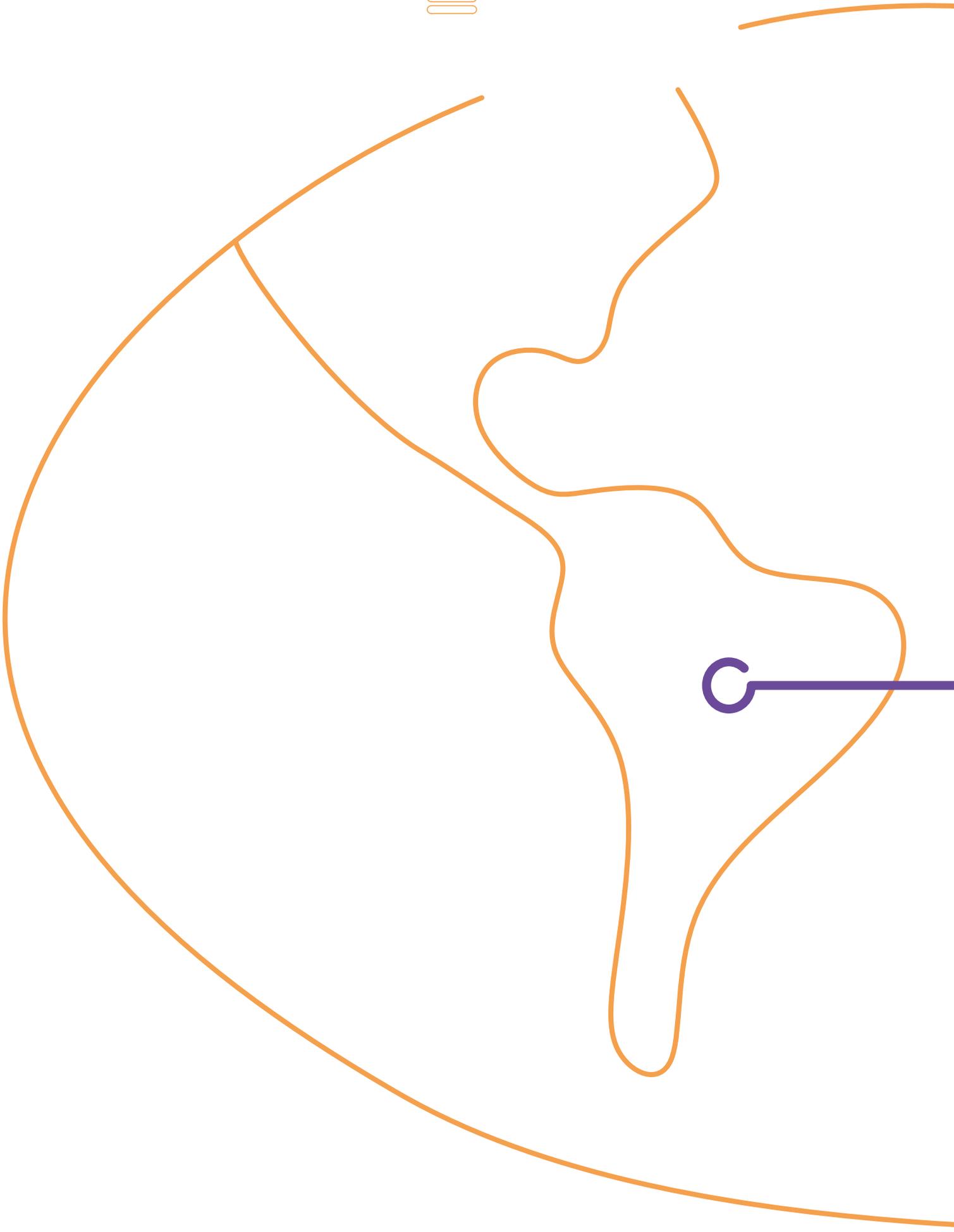


AÇÕES EM MERCADOS ESTRATÉGICOS



COOPERAÇÃO INTERNACIONAL







6 AÇÕES COM DESDOBRAMENTOS NOS ESTADOS 75

Esta seção lista as ações da **Agenda Internacional da Indústria 2021** que possuem maior desdobramento nos estados, com o objetivo de facilitar a atuação das Federações das Indústrias nos temas e serviços prioritários.

EIXO	CAMPANHA
ACORDOS COMERCIAIS	<i>Europa</i>
	<i>Mercosul</i>
	<i>Tarifas de importação</i>
BARREIRAS EM TERCEIROS MERCADOS	<i>Sensibilização do setor privado</i>
	<i>Qualificação de barreiras</i>
INVESTIMENTOS	<i>ADT</i>
FACILITAÇÃO E DESBUROCRATIZAÇÃO DO COMERCIO	<i>Portal Único de Comercio Exterior</i>
	<i>Taxas, encargos e obrigações</i>
	<i>Coordenação entre órgãos de fronteira</i>
	<i>Confac</i>
LOGISTICA E INFRAESTRUTURA DO COMERCIO EXTERIOR	<i>Conselho de usuários de Transporte Marítimo</i>
	<i>Tarifas cobradas por terminais portuários e administradoras de aeroportos</i>



TRIBUTAÇÃO NO COMERCIO EXTERIOR	<i>Reforma Tributária para o comércio exterior</i>
	<i>Desoneração do ICMS nas exportações</i>
	<i>Capatazia</i>
	<i>Regimes aduaneiros especiais: Drawback, Recof, Recof-Sped e ZPE</i>
	<i>Tributação na importação de serviços</i>
	<i>Tributação na exportação de serviços</i>
FINANCIAMENTO E GARANTIAS ÀS EXPORTAÇÕES	<i>Governança do sistema público de financiamento e garantias às exportações</i>
	<i>Instrumentos públicos de financiamento às exportações</i>
COMÉRCIO JUSTO	<i>Institucionalidade da defesa comercial</i>
COMÉRCIO JUSTO	<i>Apoio ao exportador</i>
COMÉRCIO JUSTO	<i>Indústrias fragmentadas</i>
REGULAÇÃO DE SERVIÇOS	<i>Certificado de origem digital</i>
	<i>Carnê de admissão temporária</i>
	<i>Sisprom</i>
	<i>CLV</i>
GOVERNANÇA PARA SERVIÇOS	<i>Desenvolvimento de canais</i>
OFERTA DE SERVIÇOS	<i>Sistemas para emissão de CO</i>
	<i>Sistemas para emissão de ATA Carnet</i>



CNI

Robson Braga de Andrade
PRESIDENTE

DIRETORIA DE DESENVOLVIMENTO INDUSTRIAL E ECONOMIA
Carlos Eduardo Abijaodi
DIRETOR DE DESENVOLVIMENTO INDUSTRIAL E ECONOMIA

SUPERINTENDÊNCIA DE DESENVOLVIMENTO INDUSTRIAL
João Emílio Padovani Gonçalves
SUPERINTENDENTE DE DESENVOLVIMENTO INDUSTRIAL

GERÊNCIA DE POLÍTICAS DE INTEGRAÇÃO INTERNACIONAL
Fabrizio Sardelli Panzini
GERENTE DE POLÍTICAS DE INTEGRAÇÃO INTERNACIONAL

Marina Isadora Barbosa Souza
Allana Macedo Rodrigues
Carolina Telles Matos
Marcelle Moreira Pujol
Marcus Gabriel da Silva
EQUIPE TÉCNICA

GERÊNCIA DE DIPLOMACIA EMPRESARIAL E COMPETITIVIDADE DO COMÉRCIO
Constanza Negri Biasutti
GERENTE DE DIPLOMACIA EMPRESARIAL E COMPETITIVIDADE DO COMÉRCIO

Viviane Aversa Franco
Afonso de Carvalho Costa Lopes
Ronnie Sa Pimentel
Alessandra Cristina Mendonça de Morais Matos
Isabella Monteiro Valentim
Maria Clara Rezende Avelino
Pietra Paraense Mauro
EQUIPE TÉCNICA

GERÊNCIA DE RELAÇÕES INTERNACIONAIS
Fernanda Maciel Mamar Aragão Carneiro
GERENTE DE RELAÇÕES INTERNACIONAIS

Ludmila Jesus da Silva Carvalho
Isabella Kamila da Silva Sousa
Michelle Queiroz de Moura Pescara
Ruth Mancuello Fernandez
EQUIPE TÉCNICA



GERÊNCIA DE SERVIÇOS DE INTERNACIONALIZAÇÃO
Sarah Saldanha
GERENTE DE SERVIÇOS DE INTERNACIONALIZAÇÃO

Andreia de Sousa Lopes
Felipe Luis Ody Spaniol
Maite Sarmet Moreira Smiderle Mello
Claubert Pereira de Oliveira
Thais de Campos Avila
Carolina Lopes de Oliveira Bernardes
Camila Martins Carvalho Rodrigues
Felipe Eduardo Mello da Cunha Costa
Michell Victor Matos Mourão
Rodrigo Silva Bezerra
Aline Veras de Araújo
José Fernando Dantas de Sousa
EQUIPE TÉCNICA

DIRETORIA DE COMUNICAÇÃO - DIRCOM
Ana Maria Curado Matta
DIRETORA DE COMUNICAÇÃO

GERÊNCIA DE PUBLICIDADE E PROPAGANDA
Armando Uema
GERENTE DE PUBLICIDADE E PROPAGANDA

Katia Rocha
COORDENADORA DE GESTÃO EDITORIAL

André Oliveira
PRODUÇÃO EDITORIAL

DIRETORIA DE SERVIÇOS CORPORATIVOS – DSC
Fernando Augusto Trivellato
DIRETOR DE SERVIÇOS CORPORATIVOS

SUPERINTENDÊNCIA DE ADMINISTRAÇÃO - SUPAD
Maurício Vasconcelos de Carvalho
SUPERINTENDENTE ADMINISTRATIVO

Alberto Nemoto Yamaguti
NORMALIZAÇÃO

Danúzia Queiroz
REVISÃO GRAMATICAL

Icom
PROJETO GRÁFICO

Editorar Multimídia
DIAGRAMAÇÃO



Confederação Nacional da Indústria

PELO FUTURO DA INDÚSTRIA